

AGENDAS

AGENDAS TRANSVERSAIS

MONITORAMENTO PARTICIPATIVO

PLANO MAIS BRASIL

PPA 2012 • 2015

Ano Base 2012

Volume I

Sumário Executivo



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria Nacional de Articulação Social

AGENDAS TRANSVERSAIS
Monitoramento Participativo

PLANO MAIS BRASIL
PPA 2012-2015
ANO BASE 2012

VOLUME I
SUMÁRIO EXECUTIVO

Agosto de 2013

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K

FONE: 55 (61) 2020.4080

FAX: 55 (61) 2020.4498

CEP: 70040-906 – Brasília – DF

Site: www.planejamento.gov.br

© 2013, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de
Planejamento e Investimento Estratégico.

Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : agendas transversais – monitoramento participativo : ano base 2012 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico ; Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Articulação Social - Brasília : Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI, 2013.

95 p.

Conteúdo: v. 1- Sumário Executivo

1. Plano Plurianual, 2012-2015 2. Planejamento governamental - Brasil 3. agenda transversal – monitoramento participativo 4. Igualdade racial 5. Povos indígenas 6. Políticas para mulheres 7. Criança - adolescente 8. Juventude 9. Pessoa idosa 10. Pessoa com deficiência 11. População em situação de rua 12. População LGBT I. Brasil. Presidência da República. Secretaria Nacional de Articulação Social II. Brasil. [Plano Mais Brasil (2012-2015)]

CDU 338.26 "2012-2015"(81) – v.1

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria Nacional de Articulação Social

AGENDAS TRANSVERSAIS
Monitoramento Participativo

PLANO MAIS BRASIL
PPA 2012-2015
ANO BASE 2012

VOLUME I
SUMÁRIO EXECUTIVO

Agosto de 2013

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Aparecida Belchior

Secretária Executiva
Eva Maria Cella Chiavon

Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos
Esther Bemerguy de Albuquerque

Diretora do Departamento de Temas Sociais
Ana Lúcia de Lima Starling

Assessor para o Monitoramento Participativo
Leopoldo Vieira Teixeira

Secretaria Geral da Presidência da República

Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

Secretário Executivo
Diogo de Sant'Ana

Secretaria Nacional de Articulação Social
Paulo Roberto Martins Maldos

Diretor de Participação Social
Pedro Carvalho Pontual

Diretor Substituto de Participação Social
Daniel Pitangueira Avelino

Supervisão geral e texto
Ana Lúcia de Lima Starling
Isadora Louzada Hugueney Lacava Delmont
Jorge Luiz Rocha Reghini Ramos
Jorge Abrahão de Castro
Leopoldo Vieira Teixeira

Colaborador
José Carlos dos Santos

Equipe Técnica
Ana Luisa Borges Leal
Andréa Araújo Pereira
Clézio Marcelino de Medeiros
Danielle Cancela Cronemberger
Danyel Iorio de Lima
Denise Schuler
Eduardo Franca Neves Bassani
Evandro Macedo
Fernando Sertã Meressi
Helder Moreira Carvalho
Igor Vinicius de Souza Geracy
Isabela Baião Dowsley
Isadora Louzada Hugueney Lacava Delmont
Jorge Luiz Rocha Reghini Ramos
Kalid Nogueira Choudhury
Leonardo de Vargas Marques
Maria do Rosário de Holanda Cunha
Rafael Luis Giacomini
Rafael Martins Ferrari

Editoração e Diagramação
Jucildo Augusto da Silva Lima



Sumário

INTRODUÇÃO	9
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL	11
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E AGENDAS TRANSVERSAIS	13
AGENDAS TRANSVERSAIS	17
Igualdade Racial, Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais	19
Povos Indígenas	31
Políticas para as Mulheres	39
Criança e Adolescente	49
Juventude	57
Pessoa Idosa	67
Pessoas com Deficiência	75
População em Situação de Rua	83
População LGBT	89

INTRODUÇÃO

Importantes mudanças foram introduzidas na estrutura do Plano Plurianual PPA 2012-2015 visando, entre outros pontos, a incorporar ao Plano os objetivos de governo tais como declarados, em uma linguagem capaz de comunicá-los tanto ao próprio governo como à sociedade civil. Como resultado, o PPA 2012-2015 revela, com mais clareza, os compromissos de governo para públicos específicos: negros, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, mulheres, jovens, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, população LGBT e população em situação de rua. Isso ocorreu, inclusive, em programas não voltados exclusivamente a esses públicos, pela indução realizada para a explicitação de compromissos relativos a públicos específicos em programas temáticos da educação, da saúde, da assistência social, da agricultura familiar, entre outros.

A partir da maior riqueza das informações contidas no PPA 2012-2015, foram constituídas as Agendas Transversais - documentos que reúnem o conjunto dos compromissos de governo relativos a temas de natureza transversal e multissetorial. São formas alternativas de organização das informações contidas no Plano, que permitem apreender a ação planejada para assuntos que estão dispersos nos programas temáticos, fazendo uso da maior capacidade do PPA 2012-2015 de revelar os compromissos de governo para os públicos específicos. São, desse modo, uma referência, uma outra perspectiva, para o seu monitoramento.

Nesse sentido, este Relatório de Avaliação das Agendas Transversais consolida os principais resultados para os programas, objetivos e metas que compõem as Agendas e foi elaborado a partir do Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, exercício 2012, encaminhado ao Congresso Nacional em maio de 2013, sendo assim parte dos esforços de monitoramento e avaliação do PPA vigente.

Os dados e informações disponíveis permitem afirmar que o país continuou a avançar, em 2012, garantindo a estabilização monetária, ampliando o emprego, diminuindo a desigualdade e reduzindo a pobreza. Para tanto, foram fundamentais as políticas públicas implementadas pelo Governo Federal, com destaque para: o Plano Brasil Sem Miséria e a busca pela erradicação da pobreza extrema, que está próxima de se tornar realidade; o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e o reforço dos investimentos em infraestrutura; o Programa Minha Casa, Minha Vida e a melhoria das condições habitacionais dos brasileiros mais necessitados; os estímulos à produção por meio da desoneração tributária; o reforço da tendência de redução histórica da taxa básica de juros; a queda do preço das tarifas de energia; a continuidade da diminuição do desmatamento; e a manutenção das taxas de desemprego em seus mais baixos níveis históricos.

Tais avanços resultam da vitalidade da sociedade brasileira e da estratégia de desenvolvimento em curso, enunciada nos últimos três Planos Plurianuais. Essa estratégia faz da justiça social uma das alavancas primordiais para o desenvolvimento, conjugando crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais. Em sua dimensão social, essa estratégia busca a universalização e institucionalização dos direitos da cidadania, a promoção da inclusão social das parcelas mais vulneráveis da população e a melhoria da distribuição

de renda, resultando assim em fortalecimento das políticas sociais. Esse fortalecimento pode também ser visto como um movimento de expansão e consolidação do sistema de direitos introduzido pela Constituição Federal de 1988.

O PPA 2012-2015 reforça esse compromisso com o desenvolvimento inclusivo reafirmando a importância do Estado e da democracia, seja na indicação em conjunto com a sociedade do futuro desejado, seja no provimento de meios, seja na coordenação com o setor privado para o alcance da visão de futuro perseguida.

Além desta introdução, o presente documento conta com uma seção sobre a estratégia nacional de desenvolvimento e outra sobre essa mesma estratégia e sua relação com as Agendas Transversais. Na sequência, apresenta uma síntese das políticas refletidas em cada uma das Agendas, bem como os destaques e as principais realizações observadas nas mais diversas áreas. Anexos, estão os Relatórios de Avaliação das Agendas Transversais 2012 em sua versão completa.



ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

As políticas públicas organizadas a partir da estratégia nacional de desenvolvimento buscam dar materialidade aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme estabelece o artigo 3º da Constituição Federal. A estratégia exposta nos últimos três Planos Plurianuais do Governo Federal contém um projeto executável de construção democrática nacional e um novo padrão de transformações estruturais que, em termos analíticos, pode ser organizado a partir de quatro pontos centrais:

- i. Em sua *dimensão social*, a estratégia é:
 - universalização e institucionalização dos direitos da cidadania;
 - inclusão social das parcelas mais vulneráveis da população; e
 - melhoria na distribuição de renda.
- ii. Em sua *dimensão econômica*, a estratégia caracteriza-se por:
 - praticar uma macroeconomia e um financiamento para o desenvolvimento que garantam os objetivos de estabilidade macroeconômica e de crescimento com redistribuição de renda;
 - dar curso e velocidade às três frentes de expansão que se encontram atuantes na economia brasileira - investimentos em produção e consumo de massa, investimentos em infraestrutura econômica e social e investimentos em atividades intensivas em recursos naturais -, buscando dar maior potencial a elas por meio do fortalecimento dos encadeamentos produtivos;
 - promover avanços substanciais nos terrenos da educação, ciência, tecnologia e inovação, construindo uma “sociedade de conhecimento”, até o ponto em que o processo de inovação possa tornar-se uma quarta frente de expansão da economia.
- iii. As dimensões social e econômica devem guiar-se pela observância à *sustentabilidade ambiental*, bem como ao *desenvolvimento regional* – vale dizer, a redistribuição de oportunidades e de renda entre regiões do país.
- iv. A estratégia de desenvolvimento não pode prescindir de uma agenda de contínuo aperfeiçoamento da *inserção internacional* do país – nas esferas política, econômica, social e de acordos sobre tratamento do meio ambiente –, bem como de uma agenda de contínuo *fortalecimento do Estado e da institucionalidade* a serviço do desenvolvimento socioeconômico e da plenitude democrática.

Dando continuidade a essa trajetória, a **visão de futuro** anunciada no PPA 2012-2015 aponta para um país que seja reconhecido:

- Por seu modelo de desenvolvimento sustentável, bem distribuído regionalmente, que busca a igualdade social com educação de qualidade, produção de conhecimento, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental; e

- Por ser uma Nação democrática, soberana, que defende os direitos humanos e a liberdade, a paz e o desenvolvimento no mundo.

Essa visão de futuro se desdobra em onze **macrodesafios**: 1) Projeto nacional de desenvolvimento; 2) Erradicação da pobreza extrema; 3) Ciência, tecnologia e inovação; 4) Conhecimento, educação e cultura; 5) Saúde, previdência e assistência social; 6) Cidadania; 7) Infraestrutura; 8) Democracia e participação social; 9) Integridade e soberania nacional; 10) Segurança pública; e 11) Gestão pública.

A superação destes macrodesafios envolve uma série de políticas públicas que, para fins de avaliação e cooperação federativa, foram organizadas em seis **eixos**: 1) Macroeconomia para o desenvolvimento; 2) Sistema de proteção social; 3) Infraestrutura; 4) Produção com sustentabilidade e inovação; 5) Inserção internacional; e 6) Estado, federalismo, planejamento e gestão.

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E AGENDAS TRANSVERSAIS

Para dar visibilidade aos compromissos do Governo Federal relativos a públicos socialmente mais vulneráveis, que estão dispersos ao longo de toda a programação do PPA 2012-2015, foram construídas nove *Agendas Transversais*. São elas: Igualdade Racial, Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais; Povos Indígenas; Políticas para as Mulheres; Criança e Adolescente; Juventude; Pessoa Idosa; Pessoa com Deficiência; População em Situação de Rua; e População LGBT.

As *Agendas Transversais* são compostas de compromissos expressos tanto em programas/políticas de caráter setorial (saúde, educação, desenvolvimento urbano, assistência, previdência, cultura, etc.), como em programas/políticas de caráter transversal, que buscam a garantia de direitos de públicos específicos por meio da ação direta e por meio da coordenação das políticas setoriais mais relevantes para atendimento dos públicos.

Figura 1 - Políticas setoriais e Agendas Transversais - 2012



A atenção a esses públicos, com enfrentamento de desigualdades historicamente construídas e situações de violência e violação de direitos, é parte constituinte da estratégia de desenvolvimento em curso, sobretudo no que se refere à sua dimensão social. As Agendas são, justamente, uma expressão da estratégia de governo para enfrentamento a essas situações.

Na estratégia de desenvolvimento, tem centralidade a ampliação das políticas sociais, com destaque para a ampliação da transferência de renda, a geração de emprego, a valorização do salário mínimo, a retomada dos investimentos em infraestrutura social e o esforço de ampliação e qualificação das redes de bens e serviços públicos, como saúde, educação e assistência social.

Os resultados relatados para cada uma das Agendas refletem os resultados mais gerais da estratégia e os esforços para que a ação de governo alcance os públicos das Agendas. O atendimento a esses públicos deve, assim, ser analisado no contexto da forte ampliação e aperfeiçoamento das políticas sociais. Esse movimento é caracterizado pela institucionalização de novos direitos, políticas e programas de governo; pela expansão dos recursos aplicados em políticas sociais; e pela introdução de arranjos de gestão que enfatizam a criação de condições para a efetivação das políticas sociais, sobretudo o alcance de públicos e territórios mais vulneráveis.

O processo de institucionalização ocorreu mediante a criação de órgãos de governo dedicados exclusivamente a articular e gerir políticas voltadas a públicos específicos; a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Ministério das Cidades; o estabelecimento de sistemas nacionais de políticas públicas, como o Sistema Único de Assistência Social – SUAS; a expansão e a instituição de novos direitos, como os direitos à alimentação, à moradia e à educação pública e gratuita dos quatro aos 17 anos; a elaboração de diversas políticas nacionais e a introdução e institucionalização de programas inovadores, como o Bolsa Família, o Universidade para Todos – Prouni e o Minha Casa, Minha Vida – MCMV.

Esse processo de institucionalização foi particularmente intenso para as políticas retratadas pelas Agendas Transversais. Para ilustrá-lo, citam-se, como exemplos:

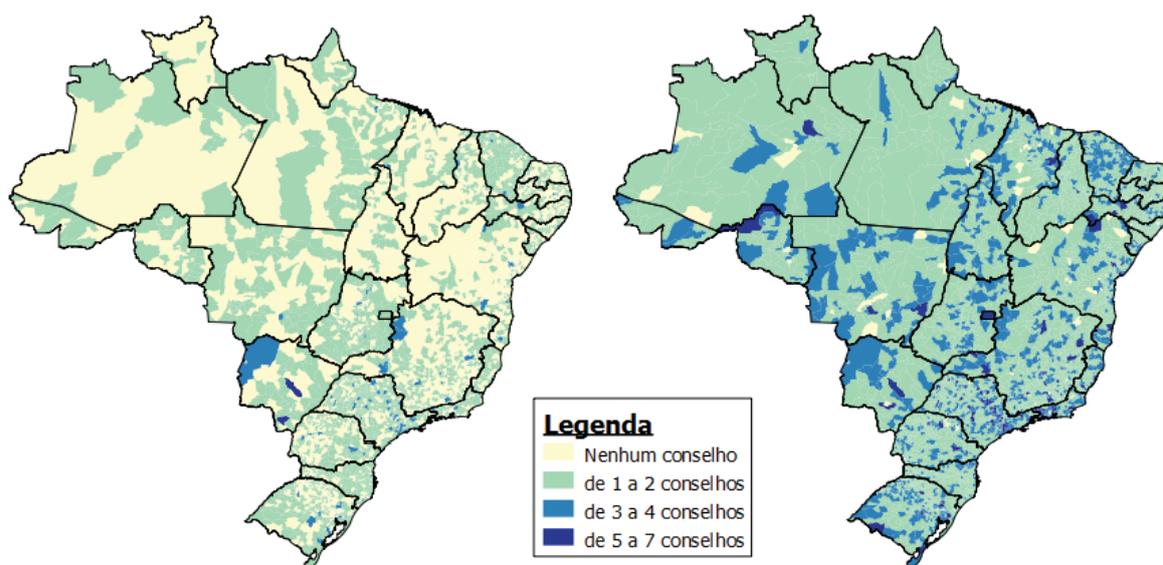
- Criação, com *status* de ministério, das Secretarias de Políticas para Mulheres, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos;
- Criação da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República;
- Instituição das Políticas Nacionais de Promoção da Igualdade Racial; de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas; de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;
- Instituição de Planos Nacionais de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT; e de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana;
- Aprovação dos Estatutos da Juventude, da Igualdade Racial e do Idoso;
- Instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase;
- Criação dos Conselhos Nacionais de Economia Solidária, de Desenvolvimento Econômico e Social, de Promoção da Igualdade Racial, de Juventude e de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT; das Comissões Nacionais de Política Indigenista e de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; e do Comitê Intersetorial de Acompanhamento

e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua – CIAMPRua;

- Aprovação das Leis Maria da Penha; nº 12.845, que obriga os hospitais do SUS a prestarem atendimento emergencial e multidisciplinar às vítimas de violência sexual; e nº 12.711, que estabeleceu a reserva de vagas em todas as universidades e institutos federais para alunos egressos das escolas públicas, com aplicação do sistema de cotas, inclusive étnico-raciais.

Outro indicador do processo de institucionalização crescente das políticas transversais é a disseminação dos conselhos municipais voltados ao acompanhamento dessas políticas, conforme ilustrado pelos cartogramas a seguir. Em 2011, de acordo com dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), do IBGE, existiam conselhos municipais para criança e adolescente em cerca de 98% dos municípios brasileiros; para pessoa idosa, em cerca de 52%; para políticas para mulheres, em cerca de 16%; e para pessoa com deficiência, em cerca de 14%.

Figura 2 - Evolução da Presença de Conselhos Municipais para Políticas Transversais¹



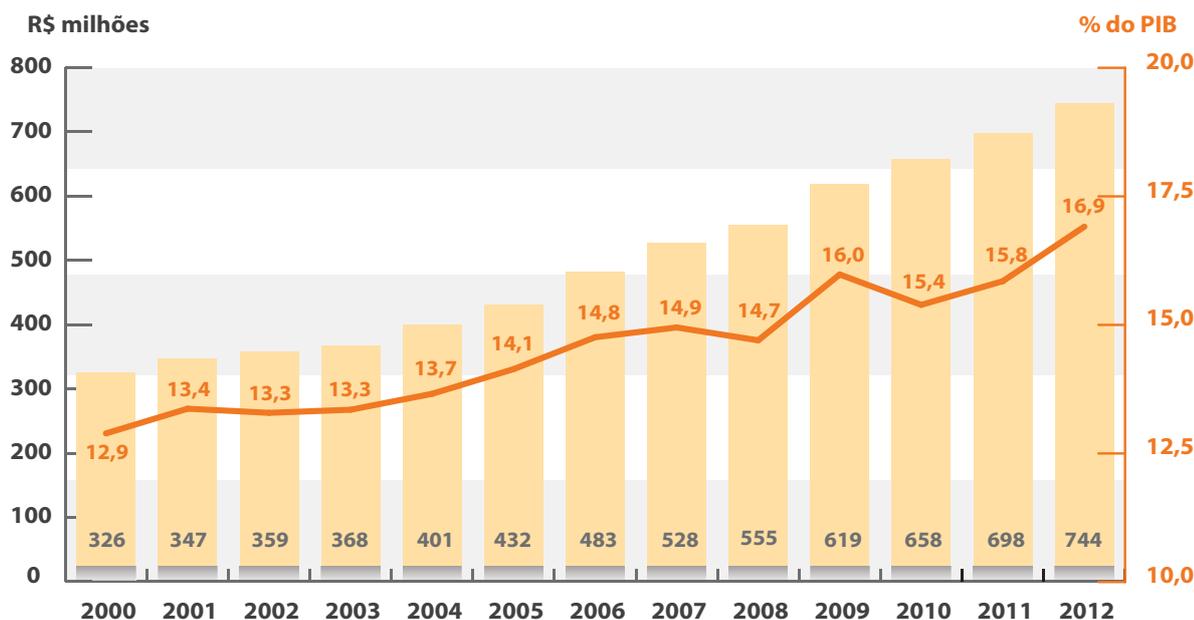
Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais, do IBGE. Elaboração: SPI/MP.

O processo de expansão das políticas sociais também é indicado pela elevação dos investimentos nessas políticas: a aplicação de recursos dos orçamento da União em políticas sociais alcançou R\$ 744 bilhões em 2012, o que correspondeu a 16,9% do PIB² para o mesmo ano. Esse valor representa um crescimento real de 128,2% com relação a 2000.

¹ São considerados os conselhos de direitos humanos, criança e adolescente, igualdade racial, idoso, pessoa com deficiência, população LGBT e políticas para mulheres, contemplados pelas Pesquisas de Informações Básicas Municipais/IBGE de 1999 e 2011.

² Para estimar o dispêndio em políticas sociais nos orçamentos da União, foi utilizada a execução orçamentária (valor liquidado) para as funções saúde, trabalho, educação, segurança pública, assistência social, previdência social, cultura, direitos da cidadania, urbanismo, habitação, saneamento, organização agrária e desporto e lazer. Também foram consideradas ações da função encargos especiais relacionadas às políticas sociais, como: transferências do Fundeb e cota-parte do Salário Educação, repasses da arrecadação de PIS/PASEP ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (para aplicação via BNDES em projetos de desenvolvimento econômico e social), integralização de cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial (financiamento do Minha Casa, Minha Vida), equalização de juros para a agricultura familiar (Pronaf), subvenção econômica destinada a implementação de projetos de interesse social em áreas urbanas e rurais, entre outras.

Gráfico 1 - Evolução do gasto em políticas sociais nos orçamentos da União (R\$ de 2012 e % do PIB)



Fonte: SIO/MP e Conta Nacionais/IBGE. Elaboração: SPI/MP.

A ampliação das políticas sociais demandou, ainda, avanços no planejamento e na gestão, traduzidos pela definição e comunicação à sociedade de compromissos de governo ancorados em diagnósticos da realidade; pela capacidade de articulação de diferentes áreas de governo para a implementação de políticas; pela introdução de procedimentos de monitoramento intensivo e acompanhamento das prioridades; pela reação tempestiva aos entraves identificados; e pela introdução de novos procedimentos de pactuação federativa. O PAC e o Brasil Sem Miséria – BSM, pela abrangência e resultados, são os exemplos emblemáticos dos avanços ocorridos no planejamento e na gestão das políticas sociais, mas também devem ser destacados outros exemplos, como o Plano Viver sem Limite, voltado ao atendimento de pessoas com deficiência, a ação Brasil Carinhoso, que compõe o BSM e tem como foco a atenção às crianças de até seis anos, e o Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, com impactos substanciais para a juventude.

Fazer com que os avanços nas políticas sociais chegassem a toda a população e a todos os territórios também requereu transformações no processo tradicional de execução, como a introdução de rito próprio para a execução descentralizada do PAC (transformação dessas transferências em obrigatórias); a redução das contrapartidas; a facilitação de acesso a projetos pelos municípios; e a instituição do Regime Diferenciado de Contratação – RDC, que imprime maior agilidade aos processos licitatórios, melhoria técnica dos projetos e maior viabilidade econômica das obras.

Os resultados alcançados até o momento pela estratégia de desenvolvimento em curso, em especial sua dimensão social, são o pano de fundo para análise das realizações apresentadas nos relatórios de monitoramento das Agendas Transversais, sintetizados a seguir.



AGENDAS TRANSVERSAIS

IGUALDADE RACIAL, COMUNIDADES QUILOMBOLAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS





Igualdade Racial, Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais

Essa *Agenda Transversal* apresenta compromissos do Governo Federal, enunciados no Plano Plurianual 2012-2015, que, tomados em seu conjunto, refletem o planejamento da ação de governo com vistas a reduzir as desigualdades raciais e étnicas existentes no Brasil, garantir direitos e promover empoderamento das comunidades quilombolas e povos tradicionais.

Essas desigualdades e a situação social dessas populações têm origem no passado escravista do país, conjugado à omissão histórica do Estado brasileiro frente às desigualdades raciais e étnicas, tanto materiais como simbólicas. Como resultado, a cor ou raça dos indivíduos acabou por se estabelecer como um fator de desvantagem na garantia de direitos.

Os indicadores sociais que são apresentados na Tabela 1 ao final deste tópico, elaborada a partir de dados da PNAD/IBGE e do Ministério da Saúde, atestam, ao mesmo tempo, avanços na situação social da população negra e persistência de desigualdades, recaindo mais fortemente sobre essa população diversos problemas sociais, além das situações de violência e violação de direitos. É importante notar, também, que essas situações recaem sobre um grupo que já representa mais de 50% da população brasileira. Dar continuidade ao enfrentamento dessas situações é um desafio colocado ao governo.

Com relação à renda, a da população negra tem crescido a taxas superiores a da população branca: entre 2004 e 2011, estima-se que a primeira cresceu 44,5% em termos reais, ao passo que a segunda, 26,2%. Em específico sobre redução da extrema pobreza, em 2004, esta alcançava cerca de 9,5 milhões de negros, mas, em 2011, esse número recuou para cerca de 5,6 milhões, resultando em redução pela metade na diferença entre o percentual da população negra e o da população branca nessa situação.

No mercado de trabalho, o diferencial entre o rendimento médio mensal entre negros e não negros apresentou queda entre 2004 e 2011, mas ainda persiste. Registram-se outros avanços, como o maior acesso ao mercado formal de trabalho pela população negra, que subiu de 38,8%, em 2004, para 50,3%, em 2011, elevação superior à verificada para a população brasileira como um todo.

No campo da educação, a taxa de analfabetismo para a população negra passou de 16,3% para 11,8%, entre 2004 e 2011, com redução de 27,8% no diferencial entre brancos e negros. A média de anos de estudo entre a população negra passou de 5,8 para 6,9, ao passo que de 7,7 para 8,5 entre os brancos, uma redução de 11,3% no diferencial entre os dois grupos, que ainda persiste. Ao se analisar a participação da população negra na educação superior, entre 2004 e 2011, verifica-se que a taxa bruta de matrícula para essa população aumentou de 10,3% para 19,5%.

A cobertura e a proteção previdenciárias têm evoluído positivamente entre a população negra, sobretudo a última. Entre 2004 e 2011, a proteção previdenciária da população

negra ocupada de 16 a 59 anos passou de 57,5% para 66%; uma evolução significativa, mas distante da universalização e que mantém uma desvantagem de cerca de 9% com relação a população branca.

Nas condições de habitação, entre 2004 e 2011, a proporção de pessoas negras que vivem em domicílios com água canalizada em pelo menos um cômodo passou de 80,4% para 90,1%, com queda do diferencial com relação aos brancos de quase 51%; o percentual de pessoas negras que vivem em residências com escoadouro do banheiro ou sanitário por rede coletora ou fossa séptica passou de 62% para 72,3%; o índice de pessoas negras que vivem em residências com energia elétrica chegou próximo à universalização (98,9%, em 2011).

Outros dois desafios se colocam: o enfrentamento da violência contra a população negra e a intensificação dos esforços para geração de oportunidades de estudo e trabalho para a juventude negra. Com relação ao enfrentamento da violência, observa-se que entre 2004 e 2011 a taxa de homicídios para jovens negros do sexo masculino apresentou crescimento de 122,3 para 135,1 em 100 mil habitantes, ao passo que entre jovens brancos do sexo masculino houve queda; já os dados por tipologia da violência do Ministério da Saúde demonstram maior vulnerabilidade da população negra em relação à população branca para o tráfico de pessoas (56% negra e 34,4% branca) e para a violência sexual (48,2% negra e 39,2% branca), atingindo principalmente as adolescentes negras (10 a 19 anos)³. Com relação à intensificação dos esforços para geração de oportunidades para a juventude negra, esta se faz necessária uma vez que tem crescido a proporção da população negra de 18 a 24 anos que não estuda, não trabalha, nem está procurando emprego (de 16,0% para 18,1%, entre 2004 e 2011).

Apesar da persistência de desafios relevantes, nos últimos anos observa-se um quadro geral de melhores condições de vida para a população, com elevação do emprego e da renda, redução da pobreza e extrema pobreza e redução nas iniquidades no acesso à educação, que resultou em avanços relevantes para a população negra. Esses resultados estão relacionados às políticas de transferência de renda, valorização do salário mínimo, avanços na educação e nas condições de saúde, investimentos em infraestrutura social, entre outros. Relaciona-se, também, a aprimoramentos nessas políticas, visando à redução das desigualdades raciais.

Na última década, o Governo Federal enfrentou o desafio de reverter indicadores históricos que comprovam a iniquidade da população negra, com a implementação de uma política nacional para a promoção da igualdade racial. A criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR marca uma inflexão da postura governamental, trazendo para a agenda de governo uma questão até então quase que restrita à agenda dos movimentos negros.

A SEPPIR torna-se, também, responsável por fortalecer o protagonismo social de segmentos específicos, garantindo o acesso da população negra e da sociedade em geral a informações que contribuam para a promoção de mudanças no padrão das relações raciais estabelecidas no Brasil. A criação da SEPPIR, do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR, além da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, marcam, ainda, um movimento de institucionalização das políticas de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial.

O reconhecimento das desigualdades raciais como decorrência, entre outros fatores, do racismo estrutural da sociedade brasileira e da omissão histórica do poder público aponta

³ Dados de 2012.

a necessidade de que o Estado incorpore, nas mais diversas políticas públicas, a perspectiva de que há diferenças de tratamento e acesso aos serviços entre os grupos raciais. Introduzir essa perspectiva nas políticas públicas implica mudanças efetivas na prestação de serviços públicos, para consolidar a igualdade de tratamento e acesso.

Desse modo, as políticas públicas para promoção de igualdade racial englobam um amplo conjunto de ações, que extrapolam as iniciativas executadas pela própria SEPPIR, ou aquelas inscritas no programa *Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial*, do PPA 2012-2015. Assim, a agenda transversal da Igualdade Racial é composta, também, pelo conjunto de compromissos de governo que espelham a busca pelo enfrentamento das desigualdades étnicas e raciais no acesso a políticas universalistas, como educação, saúde, segurança e desenvolvimento agrário, disseminados em vários outros programas do Plano, retratando a busca pela incorporação da perspectiva da igualdade racial no processo de funcionamento das redes de serviço instaladas, com a promoção de ações afirmativas, de enfrentamento ao racismo institucional, de reconhecimento e valorização da história e cultura negra, entre outras. A seguir são apresentados os principais resultados identificados no exercício de 2012.

Destaques do Relatório 2012

Ao longo de 2012, foram implementadas ações, por diversas áreas de governo, visando o combate ao racismo, o enfrentamento das desigualdades nos indicadores educacionais, a atenção à saúde da população negra, a preservação de elementos culturais de matriz africana, a ampliação da inclusão social, a diminuição dos índices de violência contra a população negra (em especial contra os jovens), entre outros pontos.

Grande destaque deve ser dado ao **combate à pobreza e à extrema pobreza**, que apresentou resultados significativos, já relatados, para a população negra frutos, sobretudo, das transferências de renda e, mais recentemente, do Plano Brasil Sem Miséria, que tem como objetivo erradicar a extrema pobreza no Brasil, por meio da combinação de transferência de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços como assistência social, educação e saúde.

Nos esforços para aprimoramento da **transferência de renda**, destacam-se aperfeiçoamentos para se identificar corretamente as famílias que pertencem a povos e comunidades tradicionais e a grupos específicos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, por meio das ações de Busca Ativa. O CadÚnico é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, cujas informações facilitam a formulação e a implantação de políticas públicas capazes de promover a melhoria de vida dessas famílias. Como resultado das estratégias de Busca Ativa e ações específicas de cadastramento de povos e comunidades tradicionais e específicas, foram identificadas no Cadastro Único⁴: 119.696 famílias indígenas, 87.227 famílias quilombolas, 13.197 famílias em situação de rua e mais de 350 mil famílias de grupos tradicionais e específicos, sendo 1.529 famílias ciganas e 634 pertencentes a comunidades de terreiro. Ao longo de 2012 foi realizado esforço conjunto com a Fundação Cultural Palmares de forma que, desde janeiro de 2013, 100% das comunidades quilombolas certificadas estão incluídas na listagem de comunidades do CadÚnico.

Em relação à **Assistência Social**, no âmbito da Proteção Social Básica, destaca-se a expansão, em 2011 e 2012, do cofinanciamento federal para oferta de serviços por 1,2

⁴ Dados de CadÚnico/2013.

mil equipes volantes, distribuídas por 1.033 municípios. Essas equipes atendem a famílias que vivem em localidades distantes dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, em municípios com territórios extensos, alta dispersão populacional, presença de comunidades isoladas, em especial de comunidades rurais ou tradicionais, ou de difícil acesso, com prioridade para famílias em situação de extrema pobreza. As equipes são responsáveis por realizar a Busca Ativa dessas famílias, desenvolver o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF e demais serviços de Proteção Básica, que podem ser adaptados às condições locais específicas. Em 2013, serão entregues 86 lanchas, e a seguir iniciado o cofinanciamento para manutenção, visando o transporte hidroviário de equipes volantes em municípios da Amazônia Legal e Pantanal.

No âmbito da Proteção Social Especial, destaca-se a expansão da oferta de cofinanciamento dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS a todos os municípios com população acima de 20 mil habitantes, ampliando a cobertura da rede de proteção social às famílias e indivíduos em situação de violência, inclusive em razão da discriminação em decorrência da orientação sexual ou raça/etnia.

Importantes avanços para a agenda da igualdade racial foram registrados na **educação**. Como já indicado, apesar da persistência do quadro de desigualdade educacional, historicamente constituído, observa-se que a evolução positiva em diversos indicadores tem alcançado a população negra, proporcionando a redução da desvantagem dessa população em questões centrais como a escolaridade média e a taxa de analfabetismo. Esses resultados estão associados a melhorias na oferta e na qualidade da educação, resultado do esforço conjunto de todos os entes federados, mas também a aperfeiçoamentos da gestão das políticas voltadas à igualdade racial, como a formação de professores(as) para eliminação de práticas institucionais discriminatórias e preconceituosas, e a promoção de programas que possibilitam a diminuição das desigualdades na educação ofertada às crianças e jovens negros e negras, nas diferentes etapas e modalidades de ensino da educação básica.

O recuo significativo na taxa de analfabetismo para a população negra, relatado anteriormente, é resultado dos avanços no ensino regular, mas também de programas voltados para a alfabetização de jovens e adultos, como o Programa Brasil Alfabetizado. Esse programa é executado por estados e municípios, com apoio do Governo Federal, mediante a implementação de planos de alfabetização para jovens e adultos, sendo assegurada autonomia aos entes para organização das turmas e definição metodológica, o que favorece o desenvolvimento de processos educativos alinhados às diferenças étnicas, regionais, culturais e de gênero. O ciclo 2012 do Programa Brasil Alfabetizado, com execução em 2013, teve adesão de 25 estados, do Distrito Federal e de 959 prefeituras, com meta de atendimento de mais de 1,5 milhão de pessoas; até o momento, dos 520,4 mil alfabetizando já em atendimento, 397,6 mil declararam-se pretos ou pardos.

A Educação para as Relações Étnico-Raciais está fundamentada na concepção da consciência política e histórica da diversidade, do fortalecimento de identidades e de direitos, das ações de combate ao racismo e às discriminações. Nesse sentido, ressaltam-se os esforços para ampliar e melhorar a oferta de educação básica nas comunidades remanescentes de quilombos.

Em 2012, no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR, foi aprovada a construção de 29 escolas nas referidas comunidades, como parte do Programa Brasil Quilombola. Além de se procurar garantir a infraestrutura básica necessária ao bom funcionamento das escolas, investiu-se também na oferta de cursos de formação continuada de professores, presenciais e a distância, nos níveis de extensão, aperfeiçoamento ou especialização; e na distribuição de

materiais didáticos que respeitem e valorizem a história e a cultura local. Houve o lançamento, em 2012, das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola, elaboradas com ampla participação das comunidades remanescentes de quilombos. As Diretrizes revisam a perspectiva ideológica da formulação de currículos, respeitando os valores históricos e culturais dos alunos e professores dessas comunidades. Diversos incentivos também foram assegurados para a educação quilombola, como a ampliação em 50% do repasse de alimentação escolar para quilombolas: em 2012, 208,7 mil alunos, em 1,9 mil escolas quilombolas de 510 municípios, foram beneficiados por esse incentivo, com repasse de R\$ 25,2 milhões.

Também deve ser destacada a realização de pesquisas, seminários e publicações acadêmicas voltadas à implementação da Lei nº 10.639/2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

Na **educação superior e na profissional e tecnológica**, o grande destaque foi a aprovação e sanção da Lei nº 12.711, que estabeleceu a reserva de vagas em todas as universidades e institutos federais para alunos egressos das escolas públicas, com aplicação do sistema de cotas, já em 2013. As instituições federais de ensino superior e técnico de nível médio vinculadas ao MEC reservarão, em cada concurso seletivo, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental, respectivamente, em escolas públicas. Desse percentual, metade das vagas deverá ser destinada a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita. A reserva de 50% deve incluir ainda cotas para pretos, pardos e indígenas. De acordo com a Lei, cada instituição deverá preencher as cotas com autodeclarados pretos, pardos e indígenas na mesma proporção em que esses segmentos são encontrados na unidade da federação em que se localiza a instituição, observando-se o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Ressalta-se ainda a criação, no primeiro semestre de 2013, do Programa Bolsa Permanência, que visa à concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas.

Outro destaque na educação superior é o Programa Universidade para Todos – Prouni, que tem como objetivo promover o acesso de jovens de baixa renda, com cota para afrodescendentes e indígenas, a cursos de educação superior em instituições privadas de ensino, por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Enem. Desde sua criação, já foram atendidos 1,1 milhões de estudantes, sendo 67% com bolsas integrais; do total de atendidos, 48,9% eram estudantes negros. Atualmente, mais de 492 mil bolsas estão ativas no Prouni, tendo sido ofertadas, em 2012, 284 mil bolsas. Destaca-se, ainda, a Bolsa Permanência, com valor máximo estipulado em R\$ 400,00 mensais, que se destina aos bolsistas integrais do Prouni; em média, cerca de 5.250 estudantes recebem o benefício mensalmente.

Ressalta-se também o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, que passou por diversos aprimoramentos a partir de 2010. Dentre as mudanças, destacam-se a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo, que dispensa os estudantes de baixa renda da apresentação de fiador para contratação do financiamento, e a possibilidade de ressarcimento do financiamento com trabalho para aqueles que optarem por curso de medicina e trabalharem nas áreas de carência destes profissionais ou por curso de licenciatura, para aqueles que exercerem suas atividades na rede pública de ensino. Desde a reformulação, cerca de 600 mil estudantes formalizaram contratos de financiamento estudantil com o FIES, envolvendo investimentos da ordem de R\$ 10 bilhões. Em 2012, por meio do Fundo, mais de 375 mil estudantes tiveram acesso a cursos de ensino superior; desses, mais de 180 mil eram negros.

O Prouni e o FIES, somados aos esforços de expansão da rede federal, ao processo geral de expansão da oferta e melhoria da qualidade da educação básica e mesmo à melhoria das condições de vida da população mais vulnerável, têm proporcionado a ampliação do acesso dos grupos historicamente excluídos à educação superior, como já relatado. Mesmo assim, é preciso avançar ainda mais na elevação do acesso à educação superior e na redução das disparidades entre a população negra e não negra. Persistem como desafios, por exemplo, o aprimoramento das condições de permanência dos alunos e a elevação do número de pesquisadores e professores negros.

Na **Saúde**, a redução da mortalidade infantil e materna e o aumento da esperança de vida ao nascer refletem avanços nos determinantes sociais da saúde e na oferta de serviços pelo Sistema Único de Saúde – SUS, com impactos para a população negra. Dentre os esforços de governo mais diretamente relacionados a essa população, um primeiro destaque é a implementação da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme. O Ministério da Saúde passou a atuar em todos os estados, promovendo discussões sobre necessidades locais, assessorando a organização da rede, qualificando os recursos humanos em eventos locais e regionais e celebrando convênios para as melhorias dos serviços. Promoveu, ainda, inovações tecnológicas para que os serviços pudessem dispor de recursos tais como: penicilina oral e ácido fólico em gotas na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – Rename para as crianças, atualização do protocolo de hidroxuréia com ampliação da faixa etária de uso, inclusão no Código Internacional de Doenças – CID da Doença Falciforme para o procedimento ambulatorial do *doppler* transcraniano, com alocação de recursos para cada estado de acordo com a incidência, inclusão de todos os quelantes de ferro no protocolo de sobrecarga de ferro, solicitação de inclusão da Doença Falciforme no protocolo para transplante de medula óssea e inclusão da eletroforese de hemoglobina na Rede Cegonha.

Destacam-se também os esforços para enfrentamento do racismo institucional no SUS, com a realização do Fórum “Enfrentando o Racismo Institucional para Promover a Saúde Integral da População Negra no SUS”, com identificação de áreas de atuação para efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, assim como a elaboração de materiais sobre a saúde da população negra e combate ao racismo institucional, distribuídos para secretarias estaduais e municipais de saúde, universidades e movimentos sociais. Vale também mencionar a capacitação de 90 parteiras em comunidades quilombolas e a realização do Encontro Nacional de Saúde da População Cigana. Ainda com relação às ações para quilombolas, no âmbito do Programa Brasil Quilombola, há o incentivo financeiro com a ampliação do repasse em 50% para as equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal dos municípios que atendem comunidades quilombolas. Em 2012, o repasse para equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal Quilombolas foi de R\$ 75,1 milhões, em 297 municípios.

A notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, em 2011, era realizada por 5,9 mil unidades de saúde; até novembro de 2012, esse número foi ampliado para 8,4 mil, em 2.891 municípios, o que equivale a um incremento de 42,8% no número de unidades notificantes. Com acesso a dados mais realistas sobre a violência, é possível promover aperfeiçoamentos na política de enfrentamento a esse tema. Vale também mencionar o apoio técnico ao fortalecimento dos Núcleos de Prevenção de Violência e Promoção da Saúde nas 27 unidades da federação, pois tratam-se de instâncias de gestão que articulam intra e intersetorialmente ações locais de vigilância e prevenção de violências e acidentes e ações de promoção da saúde e da cultura de paz com o objetivo de reduzir a morbimortalidade por causas violentas. As ações de enfrentamento das violências são desenvolvidas no nível local sob coordenação das secretarias de saúde estaduais e municipais.

No campo do **desenvolvimento agrário**, destacam-se avanços na adaptação dos instrumentos e programas existentes, visando ao atendimento das comunidades quilombolas e indígenas. A Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP é um documento requerido para acesso a créditos do Pronaf, mas também a outros programas, como o de aquisição de alimentos – PAA e a compra de alimentos da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Tendo em vista expandir a emissão desse documento para as comunidades quilombolas, foram realizadas reuniões de sensibilização com entidades emissoras alertando para a necessidade e importância da emissão de DAP para os quilombolas, sendo que o número de DAP emitidas para essas comunidades chegou a 20.476.

Com relação ao PAA, que tem como objetivo a aquisição, armazenagem e distribuição de alimentos produzidos por agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como por suas organizações, em 2012 foram adquiridos alimentos de 764 famílias quilombolas. Na oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, foram realizadas chamadas públicas específicas para o atendimento de quilombolas, no âmbito do Brasil Sem Miséria. As chamadas públicas já realizadas estão beneficiando 4,4 mil famílias quilombolas nos estados do Maranhão, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. Será iniciado o atendimento de 2,9 mil famílias, nos estados de Alagoas, Piauí e Pará, e ainda há previsão de atendimento, em 2013, de mais 1,6 mil famílias nos estados do Maranhão e Goiás.

Outros destaques no campo do desenvolvimento agrário são: realização do I Seminário Nacional de ATER Quilombola e criação da Rede Temática de ATER Quilombola; realização de 29 mutirões de documentação pelo Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais – PNDTR em municípios com comunidades quilombolas; e implantação de 22 Arcas das Letras em comunidades quilombolas, com 35 agentes de leituras.

O **enfrentamento à mortalidade da juventude**, especialmente a negra, materializado no Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra – Juventude Viva, é uma resposta à demanda histórica do movimento negro. O Plano envolve ações de prevenção com objetivo de reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia, da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídio. O objetivo é o aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema.

Atualmente, o Plano Juventude Viva reúne mais de 30 ações, articulando iniciativas dos Ministérios da Saúde, da Cultura, da Justiça, da Educação, do Trabalho e Emprego, do Esporte, da Secretaria Geral/PR, da SEPPIR, entre outros. Em setembro de 2012, foi iniciada a primeira fase de implementação do Plano, em Alagoas, que possui a maior taxa de mortalidade de jovens negros do País. A meta até 2014 é implementar o Plano em mais sete estados, com a coordenação do Governo Federal. Na modalidade de adesão voluntária, poderá estar presente em todos os estados da federação até 2014. Em novembro de 2012, foi lançada a primeira fase da Campanha Juventude Viva, que consiste em uma campanha de comunicação e de sensibilização sobre a gravidade da mortalidade da juventude negra, com foco na reversão dos estereótipos e desconstrução da cultura de violência. A campanha foi veiculada em jornais, em redes de rádio e televisão em Alagoas e também disseminada nacionalmente na Internet, sendo divulgada nas redes sociais.

No campo das **condições de habitação**, os resultados expressivos já relatados estão relacionados a ações governamentais em habitação e saneamento, sobretudo no âmbito do PAC, que incidiram positivamente sobre as condições de vida da população negra. Destaca-se, ainda, o tratamento diferenciado que os programas Minha Casa, Minha Vida e Luz para Todos

passaram a dar a públicos específicos, ampliando, com isso, o acesso à moradia adequada e à energia elétrica por comunidades quilombolas e povos tradicionais. De 2005 a 2012, foram investidos R\$ 107,9 milhões na construção de 4.213 unidades habitacionais quilombolas. Com relação às ações de saneamento e acesso à água para comunidades quilombolas, de 2004 a 2012, 544 comunidades de todo o país foram beneficiadas e R\$ 177 milhões investidos, também no âmbito do Programa Brasil Quilombola. O Programa Luz para Todos, que prioriza o atendimento a povos e comunidades tradicionais, dentre os quais também os quilombolas, atendeu, até dezembro de 2012, 26,5 mil domicílios quilombolas.

Outras medidas direcionadas ao atendimento das comunidades quilombolas são: titulação, até o momento, do território de 207 comunidades quilombolas, em benefício de 12.906 famílias; distribuição de alimentos para famílias quilombolas em insegurança alimentar e nutricional: em 2012, das 412.567 famílias atendidas, 11,3% eram quilombolas e receberam 148,2 mil cestas de alimentos; também em 2012, a Funasa, com o apoio do Ministério da Integração e da SEPPPIR, contratou sistemas de abastecimento de água para 123 comunidades quilombolas no âmbito do Plano de Universalização do Acesso à Água Para Consumo Humano no Semiárido – Programa “Água para Todos”.

Outros marcos importantes das ações para povos e comunidades tradicionais são: o lançamento do I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, em 2012, que resulta de um esforço para integrar e ampliar as ações voltadas para os povos e comunidades tradicionais de matriz africana, no âmbito do Governo Federal, e o fortalecimento das ações para povos ciganos em 2012 e 2013, com a realização da I Semana Nacional dos Povos Ciganos e com o lançamento do Guia Nacional de Políticas para Povos Ciganos, com a articulação de diversas políticas públicas para esse segmento.

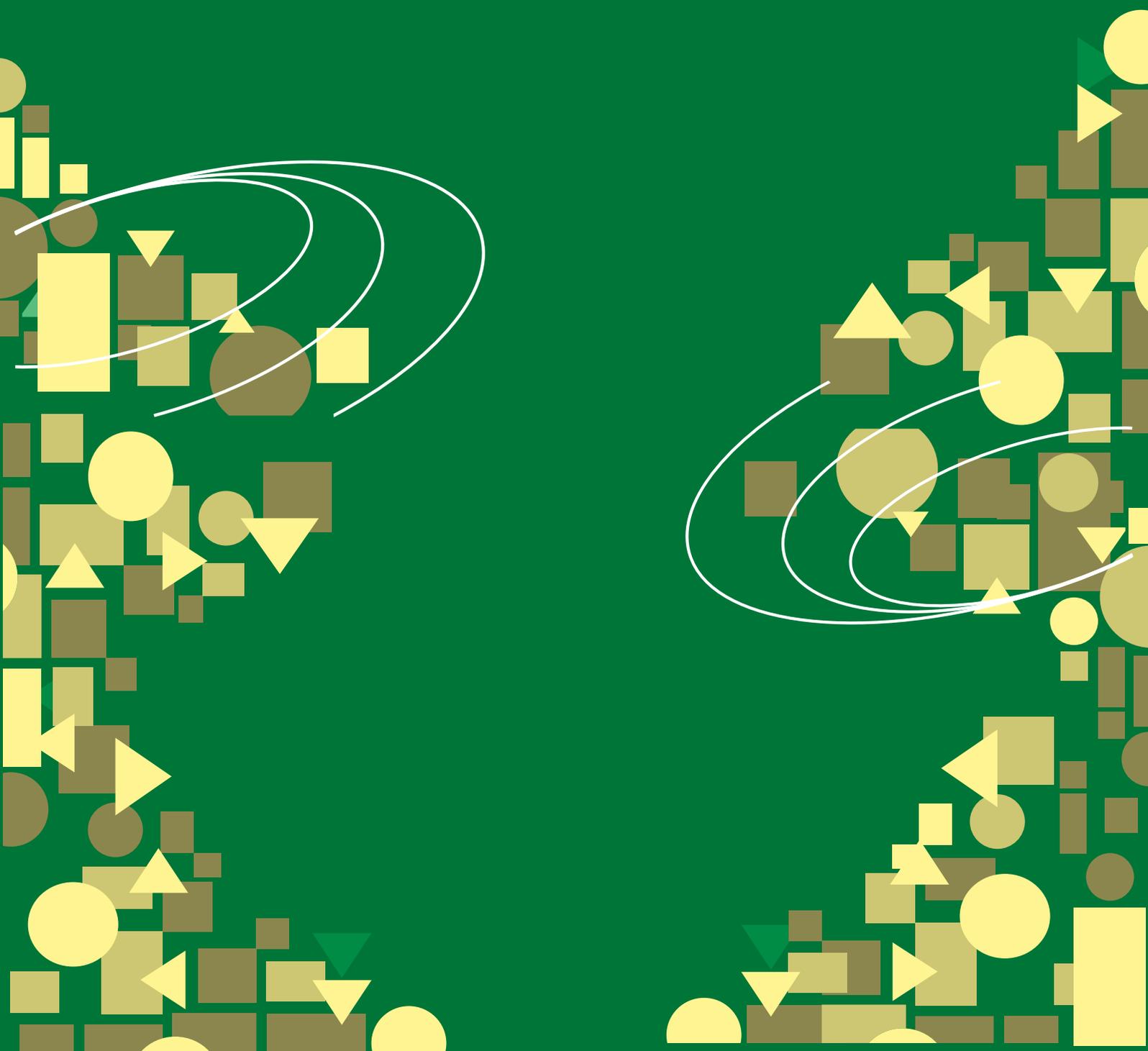
Tabela 1 – Evolução de Indicadores Seleccionados para Igualdade Racial

Área Temática e Indicadores	2004			2011		
	Negros*	Brancos	Brasil	Negros*	Brancos	Brasil
Demografia						
Participação do grupo na população total	48,2%	51,3%	100,0%	51,3%	47,8%	100,0%
Educação						
Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais)	16,3%	7,2%	11,5%	11,8%	5,3%	8,6%
Média de anos de estudo (15 anos ou mais)	5,8%	7,7%	6,8%	6,9%	8,5%	7,7%
Taxa de frequência na escola (0 a 3 anos)	11,5%	15,2%	13,4%	18,3%	23,3%	20,8%
Taxa de frequência na escola (15 a 17 anos)	78,9%	85,2%	81,9%	82,5%	85,4%	83,7%
Taxa de frequência bruta na educação superior	10,3%	27,0%	18,6%	19,5%	37,6%	27,8%
Previdência						
Cobertura Previdenciária entre os Idosos com 60 anos ou mais	80,3%	83,0%	81,9%	81,6%	84,3%	83,0%
Proteção Previdenciária da População Ocupada (16 a 59 anos)	57,5%	67,6%	62,8%	66,0%	75,5%	70,7%
Trabalho						
População com 16 anos ou mais desocupada na semana de referência	9,8%	7,8%	8,7%	7,4%	5,7%	6,6%
Rendimento mensal médio de todos os trabalhos	626,39	1.219,91	945,86	927,90	1.594,91	1.259,42
Taxa de formalidade das pessoas ocupadas de 16 anos ou mais	38,8%	55,1%	47,5%	50,3%	64,2%	57,1%
Distribuição de renda						
% da população em situação de extrema pobreza	11,0%	4,0%	7,4%	5,7%	2,5%	4,2%
% da população em situação de pobreza	20,1%	9,0%	14,3%	8,9%	3,5%	6,3%
Trabalho Infantil						
Percentual de crianças/adolescentes de 7 a 14 anos trabalhando	8,3%	5,5%	7,0%	4,9%	3,2%	4,2%
Saneamento Básico						
% de pessoas que vivem em domicílios com água canalizada em pelo menos um cômodo	80,4%	94,4%	87,6%	90,1%	97,0%	93,4%
% de pessoas que vivem em domicílios com escoadouro do banheiro ou sanitário por rede coletora ou fossa séptica	62,0%	78,2%	70,7%	72,3%	84,0%	78,0%
Acesso a bens						
% de pessoas que vivem em domicílios com máquina de lavar roupa	19,2%	46,2%	33,3%	38,5%	64,3%	51,0%
% de pessoas que vivem em domicílios com telefone fixo ou móvel	21,8%	40,9%	31,7%	28,6%	46,9%	37,5%
% de pessoas que vivem em domicílios com microcomputador com acesso à internet	5,0%	18,2%	11,9%	28,1%	48,7%	38,1%
Violência						
Taxa de homicídio de jovens do sexo masculino de 15 a 29 anos por 100 mil habitantes	122,97	67,62	102,78	135,07	52,75	103,45
Mulheres						
Rendimento mensal médio de todos os trabalhos das mulheres de 16 anos ou mais de idade (R\$)	466	895	704	739	1.258	1.009
Juventude						
% das população de 18 a 24 anos que não estuda, não trabalha, nem está procurando emprego	16,0%	13,0%	14,6%	18,1%	13,8%	16,2%
% das população de 25 a 29 anos que não estuda, não trabalha, nem está procurando emprego	16,9%	14,4%	15,7%	17,5%	13,7%	15,7%

* Considera pretos e pardos.

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE para todos os indicadores, exceto a Taxa de homicídio de jovens do sexo masculino de 15 a 29 anos por 100 mil habitantes, cuja fonte é MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e PNADs 2004 e 2011. Elaboração: SPI/MP.

POVOS INDÍGENAS





Povos Indígenas

A Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo marco conceitual em relação aos povos indígenas, afirmando a pluralidade étnica como direito, reconhecendo sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e explicitando como direito originário o usufruto das terras que tradicionalmente ocupam, cabendo ao Estado zelar pelo reconhecimento desses direitos por parte da sociedade. A política indigenista brasileira foi reforçada por instrumentos jurídicos internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

A criação da Fundação Nacional do Índio – Funai representou uma grande conquista para os índios, que a partir de então, passaram a contar com um órgão federal responsável pelo estabelecimento e execução da política indigenista brasileira. A Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, do Ministério da Justiça, criada em 2006, significou, da mesma forma, o avanço na institucionalização da política indigenista e o reconhecimento da necessidade de se promover a articulação entre os diversos órgãos do governo bem como de garantir a participação e o controle social. Destaca-se, ainda, a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena, no Ministério da Saúde, em 2010, com a atribuição de cuidar diretamente da atenção à saúde dos indígenas, levando em conta aspectos culturais, étnicos e epidemiológicos; e, em junho de 2012, a instituição da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, com o objetivo de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas.

De acordo com os dados do Censo 2010, a população indígena no Brasil é de aproximadamente 897 mil pessoas, das quais cerca de 325 mil vivem em área urbana, e outros 572 mil em área rural. Da população total, 57,7% vivem nas 687 terras indígenas, que abrangem 109,5 milhões de hectares. Destaca-se que a distribuição da população indígena por sexo revela que a presença masculina (51,6%) é predominante dentro das Terras Indígenas – TIs, enquanto a feminina (51,3%) predomina fora delas. Existem, no país, cerca de 305 etnias diferentes, falando 274 línguas, o que expressa uma grande diversidade cultural e linguística.

Os povos indígenas, contudo, constituem um dos segmentos mais vulneráveis da população, estando sujeitos, em grande medida, a vários tipos de violência, seja sexual, seja por conta da exploração do trabalho, inclusive infantil; e a doenças, como o alcoolismo, tuberculose e outras doenças. Além de estarem sujeitos a baixo nível de renda e acesso a serviços públicos essenciais, os índios convivem, ainda, com invasões e degradações de suas terras, o que lhes obriga a buscar, em muitos casos, o êxodo para as grandes cidades. Apesar desse quadro, os indicadores sociais com recorte indígena têm apresentado evolução importante, muito embora destoem bastante das médias observadas para o Brasil, revelando a permanência da desigualdade social.

O I Inquérito Nacional de Saúde dos Povos Indígenas, realizado pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa e executado pela Associação Brasileira de Pós-Graduação – Abrasco, foi concluído em 2012. O Inquérito, que descreveu a situação alimentar e nutricional e seus fatores determinantes em crianças indígenas menores de cinco anos e em mulheres

indígenas de 14 a 49 anos no país, revelou que o percentual nacional de crianças indígenas com prevalência de anemia entre seis e 59 meses de idade é de 51,3%. Além disso, o Inquérito concluiu que não há regularidade no acesso aos alimentos, posto que 69,3% de entrevistados relataram ocorrer falta de alimento em algum momento do ano.

Essas características, portanto, ensejam a necessidade de se buscar novas respostas para a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas, de maneira a garantir às próximas gerações melhor qualidade de vida e inserção social. Assim, a proteção e promoção dos direitos indígenas abrangem aspectos relacionados aos direitos humanos e sociais, ao meio ambiente e à diversidade cultural. A Agenda Transversal Povos Indígenas contempla, dessa forma, uma série de programas temáticos do PPA 2012-2015, com destaque para o Programa Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, que busca, dentre outros, garantir aos índios a plena ocupação e gestão de suas terras, implantar e desenvolver a PNGATI, promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania e preservar e promover seu patrimônio cultural.

Também cabe destacar, na Agenda Povos Indígenas, as políticas de promoção da agricultura familiar, o fomento às atividades produtivas rurais, as ações de transferência de renda, o acesso à rede de proteção social, as ações de segurança alimentar e nutricional, o apoio ao assentamento de famílias desintrusadas das terras indígenas, o acesso à educação básica e superior e à saúde, que estão contemplados nos demais programas que compõe a Agenda. A seguir, detalhamos alguns resultados que vêm sendo alcançados na implementação dessas políticas bem como algumas perspectivas para 2013 e 2014.

Destaques do Relatório 2012

Em 2012, 13 **terras indígenas (TIs)** foram **delimitadas**; sete processos foram encaminhados ao Ministério da Justiça, com vistas à expedição de Portaria Declaratória; sete TIs foram homologadas por meio de Decreto Presidencial; e foram declaradas de posse permanente indígena as Terras Indígenas Maracaxi/PA e Mato Preto/RS. Com relação à localização de povos indígenas isolados, foram realizadas fiscalizações de forma conjunta com outros órgãos e instituições em oito TIs, nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima, sendo confirmadas duas referências de índios isolados, uma no Amazonas e outra em Roraima.

Também foram realizadas atividades de fiscalização e monitoramento em 159 terras, sendo 83 na Amazônia Legal, 10 no Nordeste e 66 no Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Tais atividades consistiram desde operações interinstitucionais (Ibama, Polícia Federal, Força Nacional, Polícia Militar Ambiental, ICMBio, etc) de combate a ilícitos ambientais, até atividades de apoio a vigilância realizadas pelas próprias comunidades indígenas, bem como ações de monitoramento de conflitos fundiários. Com relação à constituição de reservas indígenas, em 2012, realizaram-se estudos técnicos nas áreas denominadas Ilhas da Tapera, em Pernambuco, Fazenda Jenipabeiro, na Bahia e do imóvel Fazenda Montana, em São Paulo.

Visando garantir **a proteção das terras indígenas** foram estabelecidas parcerias entre a Força Nacional e o Ministério da Defesa com o propósito de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais, bem como coibir as ações do crime organizado, além de intensificar a presença do Estado Brasileiro na faixa de fronteira e incrementar o apoio à população local, em especial, às populações indígenas. Foram realizadas ações para a retirada de invasores, monitoramento, fiscalização e controle de ilícitos, em parceria com a Polícia Federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama,

Força de Segurança Nacional e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

A implementação da PNGATI é fundamental para a promoção de diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável dos Povos Indígenas. Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, estão sendo elaborados e implementados planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas e cursos de formação de gestores indígenas e não indígenas, com previsão de início em 2013, para qualificar ações de gestão ambiental e territorial.

Estão em preparação o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena e a 1ª Conferência Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas, que ocorrerão em 2014. Ambas as iniciativas têm como objetivo dar visibilidade às iniciativas indígenas de promoção da **sociobiodiversidade**, tais como práticas de proteção, preservação, utilização de insumos tradicionais, bem como promover a comercialização de produtos oriundos da sociobiodiversidade indígena e divulgar os alimentos tradicionais, artefatos, festas e rituais associados.

No âmbito da **educação básica**, eixo estratégico para o fortalecimento da autonomia e da cidadania dos povos indígenas, verifica-se que houve, no período de 2007 a 2012, uma ampliação contínua da oferta nos anos finais do ensino fundamental e médio e, com a criação do Programa de Formação de Professores Indígenas no Ensino Superior - Prolind, em 2005, tornou-se possível a habilitação de professores indígenas para a docência. No entanto, a expansão das políticas públicas na área da educação indígena ainda constitui um desafio, em especial para a população que vive nas Terras Indígenas.

Na **educação superior e na profissional e tecnológica**, o grande destaque foi a aprovação e sanção da Lei nº 12.711, que estabeleceu a reserva de vagas em todas as universidades e institutos federais para alunos egressos das escolas públicas, com aplicação do sistema de cotas já em 2013. As instituições federais de ensino superior e técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental, respectivamente, em escolas públicas. Deste percentual, metade das vagas deverá ser destinada, ainda, a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita. A reserva de 50% deve incluir ainda cotas para pretos, pardos e indígenas. De acordo com a Lei, cada instituição deverá preencher as cotas com autodeclarados pretos, pardos e indígenas na mesma proporção em que esses segmentos são encontrados na unidade da federação em que se localiza a instituição, observando-se o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Outro destaque, na educação superior, é o Programa Universidade para Todos – Prouni, que tem como objetivo promover o acesso de jovens de baixa renda, com cota para afrodescendentes e indígenas, a cursos de educação superior em instituições privadas de ensino, por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais.

Aproximadamente dois mil estudantes indígenas foram apoiados financeiramente em Instituições de Ensino Superior – IES, matriculados em cursos regulares e nas licenciaturas específicas, visando garantir os direitos básicos quanto à continuidade dos estudos com qualidade em Instituições de Ensino que oferecem programas de acesso e acompanhamento aos estudantes indígenas. Entre os estudantes apoiados, 268 concluíram sua formação.

Na atenção à **saúde**, foi instituído em 2012, o Comitê de Gestão Integrada de Atenção em Saúde e Segurança Alimentar para a População Indígena, cujo objetivo é garantir

direitos indígenas no que se refere à saúde e à segurança alimentar e nutricional, bem como mitigar a vulnerabilidade desses povos, com altos índices de mortalidade infantil, por meio do fortalecimento das ações de atenção básica nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Para a implementação do Plano, foram priorizados 16 Distritos que concentram 70% dos óbitos em menores de um ano. Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se: o atendimento intensivo nos Distritos Sanitários de Alto Rio Juruá, Alto Rio Purus, Alto Rio Negro, Alto Rio Solimões, Vale do Javari e Xavante, com 9,7 mil atendimentos em regiões com altos índices de mortalidade infantil e de difícil acesso geográfico; a vacinação completa, de acordo com o calendário específico para a população indígena, de 56.515 crianças menores de sete anos, correspondente a 68,8% das crianças indígenas dessa faixa etária; a capacitação de 284 profissionais na Atenção Integrada às Doenças Prevalentes da Infância – AIDPI, como estratégia para o aprimoramento das ações de saúde com ênfase na redução da mortalidade infantil; a estruturação e aprimoramento das Ações de Segurança Alimentar nos Distritos com a aquisição e distribuição de 2.900 balanças; a implementação da suplementação de Vitamina A; a distribuição de 49.936 testes rápidos de HIV, sífilis e hepatite B; a aquisição e distribuição de 25 unidades odontológicas móveis em 15 Distritos.

Ainda com relação à saúde, foi elaborado o Plano Estratégico de Reestruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena – SasiSUS, a partir da criação do Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e Segurança Alimentar dos Povos Indígenas. O plano visa prevenir óbitos maternos e infantis e fortalecer as ações de atenção básica assim como garantir os direitos dos povos indígenas no que se refere a saúde e segurança alimentar e nutricional. Em novembro de 2013, ocorrerá a etapa nacional da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, que tem como objetivo aprovar diretrizes para as ações de saúde executadas nas aldeias, por parte dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEIs que integram o SasiSUS.

Entre as ações voltadas para a **Segurança Alimentar e Nutricional**, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais prevê o acompanhamento técnico às atividades produtivas realizadas de forma coletiva (característica marcante da produção realizada por Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais). No caso específico de povos indígenas, o Decreto que instituiu o programa prevê, ainda, a possibilidade de expedição de normas complementares para sua participação e para a consequente operacionalização do Programa.

No intuito de garantir o acesso desse público à alimentação adequada, o Ministério do Desenvolvimento Social distribui gratuitamente cestas de alimentos a grupos populacionais específicos, como os indígenas que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional. Em 2012, 65.328 famílias indígenas foram selecionadas e acompanhadas pela Funai e/ou Sesai, tendo sido beneficiadas com 243.783 cestas.

Tem-se buscado, ainda, ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade. Nesse sentido, 1.064 famílias indígenas foram atendidas, em 2012, pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que adquire, armazena e distribui alimentos produzidos por agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas. Ademais, no segundo semestre de 2012, foi lançado o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas, o qual tem como objetivo a promoção de um campo comum de reflexão e orientação prática, no conjunto das iniciativas de Educação alimentar e Nutricional que tenham origem principalmente na ação pública e que contempla os diversos setores vinculados ao processo de produção, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos. O marco pretende apoiar a valorização da cultura alimentar local respeitando a diversidade de grupos e etnias locais e regionais, de forma

a subsidiar a inserção de estratégias para atuação em comunidades de povos indígenas, apontando a necessidade de respeitar e valorizar as diferentes expressões da identidade e da cultura.

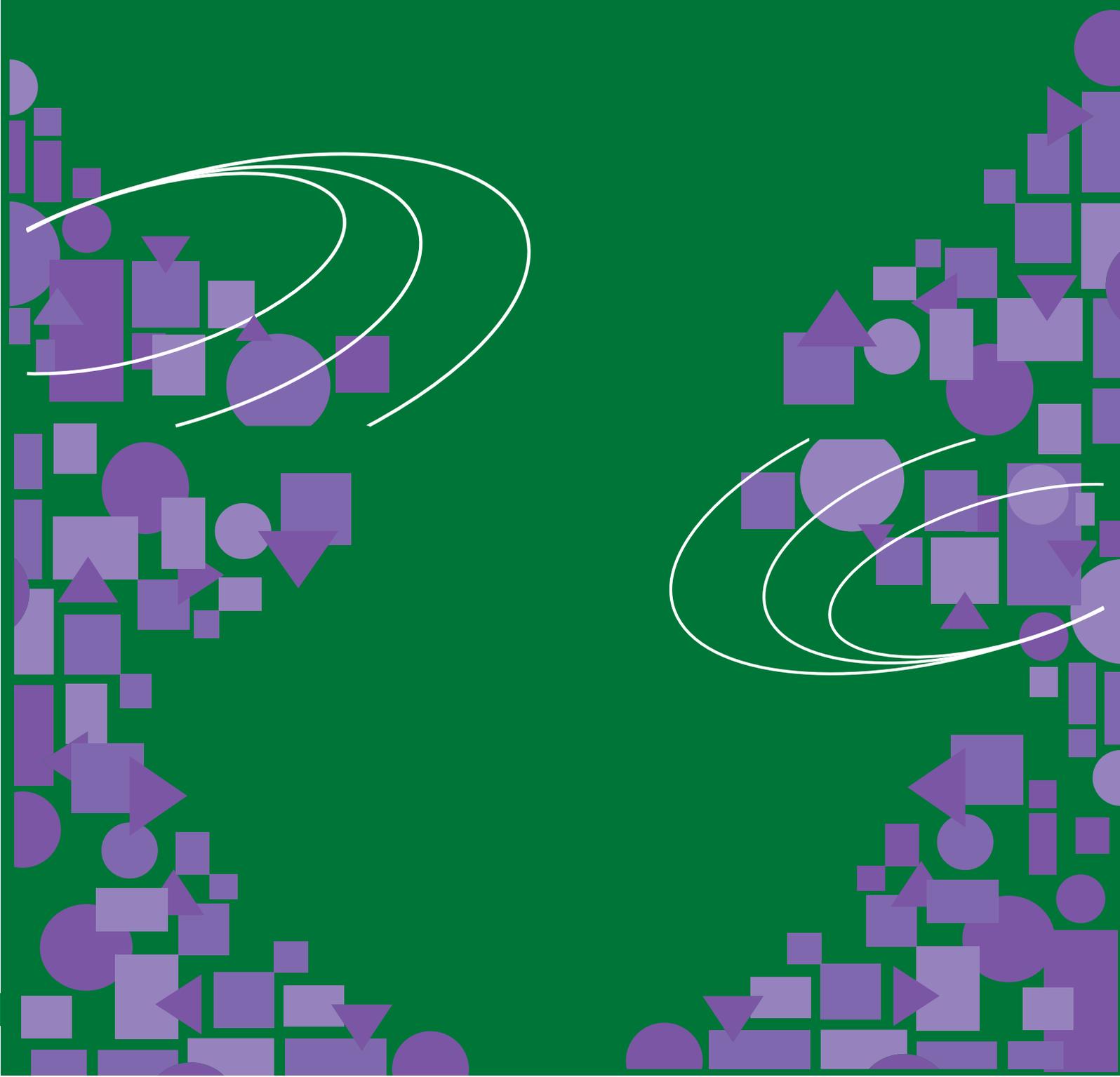
Em relação à **Assistência Social**, no âmbito da Proteção Social Básica, destaca-se a expansão, em 2011 e 2012, do cofinanciamento federal para oferta de serviços por 1,2 mil equipes volantes, distribuídas por 1.033 municípios. As equipes são responsáveis por realizar a busca ativa dessas famílias, desenvolver o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF e demais serviços de Proteção Básica, que poderão ser adaptados às condições locais específicas. Em 2013, serão entregues 86 lanchas, e a seguir iniciado o cofinanciamento para manutenção, visando o transporte hidroviário de equipes volantes em municípios da Amazônia Legal e Pantanal.

O CadÚnico, pré-requisito para participar de programas e benefícios sociais, foi aprimorado para identificar novos grupos populacionais específicos, além de indígenas e quilombolas, como ciganos, povos e comunidades de terreiro, extrativistas e ribeirinhos. Durante todo o ano de 2012, como resultado das estratégias de Busca Ativa e ações específicas de cadastramento de povos e comunidades tradicionais e específicas, o número de famílias inscritas aumentou para mais de 119 mil famílias.

Em 2012, foi instituída oficialmente a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP Indígena (DAP-I), documento que garante acesso às políticas de promoção da **Agricultura Familiar**. Nesse primeiro momento, a DAP-I dará acesso ao PAA, ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis do Plano Brasil sem Miséria, ao Programa de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Biodiversidade – PGPMBio e a compra de alimentos da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Destaca-se também o lançamento da chamada pública para a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, que atenderá 1,5 mil famílias indígenas do Rio Grande do Sul, sendo ampliado o atendimento para mais 1,5 mil famílias por meio de Acordo de Cooperação Técnica com o Estado. Será lançada, ainda este ano, nova chamada para atendimento de 10,5 mil famílias nos estados de Roraima, Mato Grosso, Amazonas e Mato Grosso do Sul. Também destaca-se a implantação de 15 bibliotecas rurais do programa Arcas das Letras em aldeias nos estados do Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Roraima, totalizando 22 agentes de leitura; a realização do 1º Seminário Nacional de ATER Indígena e a participação dos povos indígenas na VIII Feira Nacional da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária.

Com vistas à promoção do acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos **direitos sociais e de cidadania** e no intuito de reduzir o subregistro civil de nascimento junto à população indígena, foram realizados mutirões em todas as regiões do país. Em 2013, haverá continuidade nas ações para erradicação do subregistro civil de nascimento e a ampliação do acesso à documentação básica, incluindo o direito a formas de nomeação próprias dos indígenas.

POLÍTICAS PARA AS MULHERES





Políticas para as Mulheres

As questões de gênero ganharam bastante destaque no Brasil, especialmente, a partir da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, em 2003, o que representou a consolidação da institucionalização das políticas de gênero e o tratamento transversal dessas questões no âmbito do governo federal, ao reunir em um órgão a competência de formular, coordenar e articular as políticas de promoção da igualdade entre homens e mulheres. Em julho de 2004, fomentada pela SPM, realizou-se a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – 1ª CNPM, com 1.787 delegadas que debateram suas agendas e elaboraram o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM. O processo como um todo envolveu mais de 120 mil mulheres em todas as regiões do país. Em agosto de 2007, ocorreu a 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – 2ª CNPM, com a participação de 200 mil mulheres, das quais 2.800 constituíram a delegação na etapa nacional que sistematizou um conjunto de propostas e demandas ao Estado Brasileiro. A partir das resoluções da 2ª CNPM foi elaborado o II PNPM. A 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – 3ª CNPM ocorreu em dezembro de 2011, com 200 mil participantes em todo país e 2.125 delegadas na etapa nacional. Como resultado, temos o PNPM 2013-2015, com ainda maior inserção das temáticas de gênero em diversas frentes do governo. O PNPM, orientado por princípios como a igualdade e o respeito à diversidade, a justiça social, a equidade e a autonomia das mulheres, define metas concretas no sentido da reversão do quadro de desigualdade social enfrentado pelas mulheres.

Ao longo da última década, as mulheres foram colocadas como protagonistas em uma série de políticas públicas, como o Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vida e a Reforma Agrária. Além disso, foram desenvolvidas novas políticas públicas para enfrentar problemas históricos, como a Rede Cegonha, que tem o objetivo de reverter índices elevados de mortalidade materna. Os indicadores sociais apresentados na Tabela 2 apresentada ao fim deste tópico, que foi elaborada a partir de dados da PNAD/IBGE revelam avanços na inserção social, política e econômica das mulheres. Observa-se, entre 2004 e 2011, evolução no sentido do acesso à previdência, à educação, a bens, de uma forma geral. No campo do trabalho, a taxa de desemprego das mulheres apresentou queda entre os anos de 2004 e 2011, de 11,5% para 9,0%⁵, assim como aumentou a formalização e a média de anos de estudo. Contudo, o rendimento mensal médio de todos os trabalhos continua menor para as mulheres, apesar da maior escolaridade. Em 2004, enquanto o rendimento mensal médio dos homens era R\$ 1.122,38, o das mulheres era R\$ 704,06. A diferença persiste em 2011: o rendimento mensal dos homens era R\$ 1.444,50 e o das mulheres R\$ 1.008,86. Ou seja, em média, as mulheres ganhavam 37% a menos que os homens; e em 2011, as mulheres ganhavam 30% a menos que os homens. Apesar dos avanços, a diferença ainda é muito grande e as mulheres prosseguem percebendo piores salários que os homens, além de terem inserção precária no mundo do trabalho, já que uma em cada seis mulheres ocupadas está no trabalho doméstico.

Contribuem para a inserção baixa ou precária das mulheres no mercado de trabalho as jornadas duplas e triplas que enfrentam, já que a elas cabem, em muitos casos, as tarefas

⁵ PNAD 2011.

domésticas e o cuidados com os filhos e pessoas idosas. Enquanto os homens que trabalham fora gastavam, em 2011, em média, por semana, 10,3 horas com os afazeres domésticos, as mulheres gastavam o dobro: cerca de 22 horas. Importante também para a autonomia das mulheres é a existência de creches e pré-escolas. Neste sentido, destaca-se a evolução na taxa de frequência na escola de zero a três anos.

No tocante ao enfrentamento à violência, a aprovação da Lei Maria da Penha representou uma grande conquista para as mulheres, mas, segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, o Brasil encontrava-se, em 2012, entre os 10 países com maior número de homicídios femininos⁶. A tabela mostra, ainda, que houve ligeiro aumento na taxa de homicídio de mulheres jovens por 100 mil habitantes.

Para fazer frente a esse quadro, destaca-se o lançamento do Programa Mulher Viver sem Violência, que contribuirá fortemente para o cumprimento da Lei Maria da Penha. O programa promoverá a integração dos serviços públicos à mulher em situação de violência nas áreas de segurança, justiça, saúde, assistência social, fornecendo, ainda, com acolhimento, abrigo e orientação para trabalho, emprego e renda. A principal inovação do programa é a criação de um novo equipamento social: a Casa da Mulher Brasileira, espaço que contemplará delegacias especializadas de atendimento à mulher – DEAM, juizados e varas, defensorias, promotorias, equipe psicossocial (psicólogas, assistentes sociais, sociólogas e educadoras) e equipe para orientação ao emprego e renda. A estrutura incluirá também brinquedoteca e espaço de convivência para as mulheres. Vale mencionar, ainda, a sanção da Lei 12.845, de 2013, que obriga os hospitais do SUS a prestar atendimento emergencial e multidisciplinar às vítimas de violência sexual, institucionalizando em forma de lei um conjunto de práticas já adotadas no âmbito do SUS.

A vulnerabilidade das mulheres, que se mostra ainda maior quando se faz o recorte de raça, demanda a adoção de um conjunto de políticas públicas que afirmem sua condição de igualdade perante os homens, que possibilitem sua inserção nos mais diversos espaços, que combatam a discriminação e todos os tipos de violência, e que contribuam para o alcance da sua autonomia econômica e social. Há que se destacar as estratégias que, da mesma forma, procuram dar autonomia social e econômica às mulheres do campo e da floresta.

Assim, o tratamento das questões de gênero perpassa uma série de Programas Temáticos no PPA 2012-2015, reunindo ações, medidas e políticas nas áreas da educação, saúde, assistência social, agricultura familiar e reforma agrária, cidadania e justiça, além do tratamento específico dado às questões de gênero pelo Programa Temático 2016 – Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência. Ao todo, a Agenda Política para as Mulheres está presente em 22 Programas, 53 Objetivos e 217 Metas, entre eles o próprio Programa Temático 2016, com nove objetivos, 113 metas e 36 iniciativas. A seguir, apresenta-se os principais avanços, desafios e perspectivas para as políticas públicas voltadas para as mulheres contidos no Relatório de Avaliação do PPA 2012-2015.

Destaques do Relatório 2012

No âmbito da **saúde** da mulher, no ano de 2012, foi realizado o monitoramento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM, envolvendo movimentos de mulheres e feministas, coordenações de saúde da mulher de estados e capitais, sociedades científicas e entidades de classe. Destaca-se a implantação da estratégia “Rede Cegonha”, que

⁶ Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, Dezembro/2012.

tem o compromisso de qualificar a atenção obstétrica e infantil, por intermédio de um conjunto amplo de medidas voltadas a garantir acolhimento, ampliação do acesso e qualidade do pré-natal; vinculação da gestante à unidade de referência e ao transporte seguro; boas práticas e segurança na atenção ao parto e nascimento; atenção à saúde das crianças de zero a 24 meses, com qualidade e resolubilidade; e ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo e melhoria do sistema de vigilância ao óbito materno e infantil; e pelo papel da saúde na participação e promoção de planos e ações voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Até dezembro de 2012, foram aprovadas propostas referentes à ambiência de 85 maternidades, construção de 12 maternidades, ampliação e equipamentos de 16 Casas da Gestante, Bebê e Puérpera – CGBP, ampliação e equipamentos de 21 Centros de Parto Normal – CPN e qualificação de 2.508 leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI neonatal e adulto. Além disso, investiu-se na qualificação e ampliação das equipes, incluindo no cuidado obstétrico. Também foi instituído o Programa Nacional de Controle do Câncer de Colo do Útero, ampliando o financiamento de projetos de estruturação de cinco laboratórios de citopatologia.

Outra importante medida para as gestantes foi a implementação do benefício variável vinculado à gestante – BVG e a nutrízes – BVN, respectivamente no valor de nove e seis parcelas mensais de R\$ 32,00, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria – BSM. A implementação do benefício variável à gestante tem como objetivo fortalecer os serviços de saúde na fase de gestação e a realização de pré-natal desde o início da gravidez. Das 166.661 gestantes acompanhadas ao final de dezembro de 2012, 99,06% tinha o pré-natal em dia, o que corresponde a 165.094 gestantes. Também é relevante para o acompanhamento das gestantes o desenvolvimento do SISPRENATAL, software desenvolvido pelo Datasus, com a finalidade de permitir o acompanhamento adequado das gestantes inseridas no Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento – PHPN. Até o final de dezembro de 2012, 167.755 mulheres foram inscritas no SISPRENATAL, em 2.267 municípios.

Quanto aos testes rápidos de sífilis e HIV para gestantes, foram distribuídos, em todo território nacional, de janeiro a novembro de 2012, aproximadamente 2,5 milhões de testes. Com essa estratégia, observou-se uma redução do diagnóstico tardio entre os indivíduos diagnosticados no ano, passando de 34%, em 2011, para cerca de 29% em 2012 (dados preliminares). Exclusivamente para a Rede Cegonha, foram distribuídos 200 mil testes de HIV e 160 mil testes de sífilis e 1.000 multiplicadores foram treinados para testagem rápida de HIV e sífilis, com o objetivo de ampliar a capacidade técnica de aproximadamente 32 mil Unidades Básicas de Saúde – UBS. Destacam-se as ações das equipes de saúde das unidades prisionais femininas e mistas para levar a estratégia Rede Cegonha às mulheres privadas de liberdade.

Ainda com relação às mulheres em situação prisional, foi feito alinhamento da PNAISM com a Política Nacional de Atenção à Saúde no Sistema Prisional, com o objetivo fortalecer as Equipes de Saúde do Sistema Prisional – ESSP no desenvolvimento de ações de atenção integral à saúde da mulher.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM começou os preparativos para realizar capacitação de profissionais da saúde estruturada por meio do desenvolvimento do Módulo Gênero e Raça, para os responsáveis pelas UBS do Programa Saúde da Família. Além disso, apoia a capacitação de profissionais da saúde por meio de convênios específicos, tendo apoiado, em 2012, sete propostas de convênios.

Finalmente, ainda no âmbito da saúde, ressalta-se que, para além das políticas que se voltam especificamente para as mulheres, uma série de outras ações, especialmente no

âmbito da Atenção Básica e da Política Nacional de Humanização, se traduzem na ampliação do acesso qualificado de mulheres às Unidades Básicas de Saúde, porta de entrada à atenção integral e resolutive, e na ampliação de possibilidades de que mulheres recebam uma assistência humanizada e diferenciada, segundo necessidades individuais e coletivas específicas.

A construção de escolas de educação infantil é uma das ações que contribui para que a mulher alcance sua **autonomia econômica**. No exercício de 2012, foi aprovada a construção de 1.628 escolas de educação infantil em municípios e no Distrito Federal, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – ProInfância. No período de 2011 a 2012, foi aprovada a construção de 3.135 creches/pré-escolas.

Com vistas ao fomento de uma política social de inclusão de gênero por meio do acesso à educação profissional, ao emprego e à renda, destaca-se o Programa Nacional Mulheres Mil que, articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema, tem o objetivo de ofertar cursos de formação inicial e continuada para mulheres de 18 a 70 anos com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social. Os projetos são implantados pelas unidades dos Institutos Federais e ordenados de acordo com as necessidades da comunidade e segundo a vocação cultural e econômica local. Em 2012, o Programa foi ampliado para mais 100 unidades da Rede Federal, totalizando 210. Além disso, foram beneficiadas mais de 17 mil mulheres com o investimento de cerca de R\$ 12,7 milhões.

No campo do **trabalho**, destaca-se a promulgação da Emenda Constitucional nº 72, conhecida como PEC das domésticas, que equipara os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos trabalhadores formais. A proposta partiu do parecer realizado pela Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico sobre a Convenção 189 e a Recomendação 201 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. As trabalhadoras domésticas, que representam 93% do total de trabalhadores domésticos passam, agora, a contar com a proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa, a garantia ao seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário, a obrigatoriedade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e a adequação das horas-extras e do trabalho noturno.

Além das creches e pré-escolas, a oferta de equipamentos de segurança alimentar, como os restaurantes, as cozinhas populares e as cisternas, permitem que as mulheres reestruturem seus afazeres domésticos e ampliem seu tempo disponível para atividades como estudo, formação, trabalho e autocuidado. Atualmente, a rede em funcionamento conta com 97 restaurantes, 193 cozinhas comunitárias e 74 bancos de alimentos. Ainda foi criada, em 2012, uma nova estratégia, denominada Cozinhas Sociais, que são cozinhas institucionais públicas vinculadas a outras políticas públicas, como, por exemplo, creches e escolas. Essa estratégia apoiou 1.345 cozinhas. Com relação às cisternas, em 2012, foram contratadas e entregues 156.937 cisternas para o consumo humano.

No tocante à **Assistência Social**, cabe ressaltar a elevação do número de Centros de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS, passando de 1.849, em 2010, para 2.167, em 2012, dos quais 85,3% com atendimento para mulheres em situação de violência (Censo SUAS 2012). Na conceituação do público-alvo do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, como perfil de famílias que demandarão proteção proativa, foram incluídas as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, com filhos ou dependentes, que vivem em territórios com nulo ou frágil acesso à saúde, à educação e aos demais direitos, por se constituírem em exemplos de famílias em processo de reconstrução de autonomia. Ainda, importante ressaltar que constituem diretrizes teórico-metodológicas do trabalho social com famílias no âmbito do programa a recusa a concepções, valores e posturas que estabelecem a

condição de subalternidade das mulheres e o estímulo à participação, tanto da figura materna quanto da figura paterna, no cuidado e proteção dos demais membros familiares.

Além disso, foram feitas sugestões de inclusão, nas orientações técnicas, do tema Direito das Mulheres, em oficinas com famílias e nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV visando a promover a reflexão sobre o isolamento social das mulheres, a feminização da pobreza, a violência contra mulheres, a sobrecarga das mulheres na divisão das responsabilidades familiares, dentre outros.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que tem por objetivo promover a **igualdade** de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres e entre brancas/os e não-brancas/os nas organizações públicas e privadas, está na sua 4ª edição (período 2011/2012). Participaram da 3ª edição 72 organizações e, nesta 4ª edição, 91 organizações fizeram a adesão.

Para divulgação da Campanha Permanente Mais Mulheres no Poder, cujo objetivo primordial é estimular a ampliação do número de mulheres nos cargos de decisão nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em todos os níveis considerando as mulheres negras e indígenas, o material informativo sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão (60 mil cartilhas) foi atualizado e distribuído para 16 partidos políticos integrantes do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, 312 Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres, 24 Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres, Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres, Conselhos Estaduais de Políticas para as Mulheres e bancada feminina no Congresso (55 parlamentares); além das sete mil cartilhas que foram distribuídas no Encontro de Prefeitas e Prefeitos ocorrido, em janeiro de 2012, em Brasília.

No que se refere ao tema do **enfrentamento à violência** contra a mulher, a expansão geográfica da política e a criação de novos serviços especializados são fundamentais para garantir o atendimento de mulheres em situação de violência no território brasileiro.

Atualmente, a Rede de Atendimento conta com 990 serviços especializados, sendo: 381 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, 125 Núcleos especializados em delegacias comuns, 222 Centros Especializados de Atendimento à Mulher, 77 Casas-Abrigo, 47 Defensorias Especializadas, 40 Promotorias Especializadas, 53 Juizados Especializados e 45 Varas especializadas. As mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual contam, hoje, com 243 serviços especializados ofertados pelo SUS. Ainda, a rede será ampliada com a aquisição de 54 Unidades Móveis para atendimento das mulheres do campo e da floresta.

A Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, serviço de utilidade pública que orienta as mulheres em situação de violência sobre seus direitos, funciona 24 horas, todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados. Em 2012, foram realizados 732.468 atendimentos, dos quais 88.685 se referiam a denúncias de violência, majoritariamente violência física (50.236) e 270.084 foram solicitações de informação sobre rede de serviço, sobre leis, etc. De forma a alcançar brasileiras que vivem no exterior e sofrem de diversas formas de violência, entre as quais tráfico de pessoas, houve, no final de 2011, a ampliação da área de atendimento da central, que passou a abranger Portugal, Itália e Espanha. Em 2012, a Central recebeu 179 atendimentos internacionais.

Para acompanhar a efetiva implementação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), foi formalizada, em dezembro de 2011, a Campanha “Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - A lei é mais forte”, por meio de Acordo de Cooperação entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de

Justiça, o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, o Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, o Conselho Nacional de Procuradores Gerais e o Conselho Nacional do Ministério Público. A campanha se perfaz na atuação conjunta das instituições parceiras para dar respostas efetivas ao direito de acesso à Justiça nos casos de violência contra as mulheres através da realização de ações múltiplas e contínuas, de forma sistematizada e de acordo com a competência institucional de cada parceiro.

Outro destaque para o enfrentamento à violência contra a mulher foi a publicação, em fevereiro de 2013, do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que se deu através de um processo amplo e intenso de participação social, em parceria com órgãos do governo federal. O Plano destina-se à prevenção e repressão do tráfico de pessoas, à responsabilização dos autores e à atenção às vítimas, que, em sua maioria, são mulheres.

Ainda no campo da prevenção à violência contra a mulher, uma das ações desenvolvidas pelo Ministério da Justiça é o Projeto Mulheres da Paz, cujo objetivo é a capacitação de mulheres atuantes na comunidade para promover o empoderamento feminino e para que se constituam, institucionalmente, como articuladoras sociais a fim de fortalecer as práticas políticas e socioculturais desenvolvidas pelas mulheres, especialmente no que concerne a atividades de prevenção à violência doméstica e de gênero em suas comunidades, sensibilizando e orientando as mulheres em situação de violência, assim como as orientando na busca da rede de atendimento. Até o ano de 2012, foram atendidas pelo projeto 17.000 mulheres. Para o ano de 2013, 16 novos convênios iniciarão suas atividades atendendo mais 875 mulheres.

Houve ampliação de unidades de saúde que realizam a notificação de violência doméstica, sexual e outras violências passando de 5.898 unidades em 2011 para 8.425, em 2012. Do total de notificações registradas em 2012 (dados preliminares), 58,2% das notificações eram referentes a mulheres adultas (20 a 59 anos). Desse universo, destacam-se as violências físicas e a psicológicas como principais tipologias de violência contra as mulheres adultas. Destaca-se que 39,5% foram violência de repetição, ou seja, aconteceram outras vezes e o local de ocorrência predominante foi a residência (62,4%).

Destaca-se, ainda, o apoio e fortalecimento dos Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde. Todos os estados estão sendo apoiados por meio de visitas para assessoramento técnico e capacitações de gestores estaduais da Vigilância de Violências e Acidentes e/ou de Doenças e Agravos Não Transmissíveis, com o objetivo de fortalecer as ações de vigilância e prevenção de violências, de articular e fomentar as Redes de Atenção Integral e de Proteção (intra e intersetoriais) às pessoas em situação de violência doméstica, sexual e outras violências.

Ainda, com relação às mulheres em situação de violência que se encontram em maior vulnerabilidade nas regiões de fronteira, buscou-se articular a Rede de Atendimento à implementação da Estratégia Nacional de Fronteiras. Assim, fortaleceu-se o serviço na região de Pacaraima/RO, onde há um serviço binacional de atendimento às mulheres em situação de violência e de tráfico de pessoas, em parceria com a Venezuela. Outro resultado da parceria foi a constituição do Comitê Binacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres, que tem como atribuições monitorar, acompanhar e avaliar o serviço de atendimento e fazer as articulações para o funcionamento da rede nos dois países.

Há que se avançar no sentido da captação de informações sobre as mulheres atendidas pela Rede Especializada de Atendimento e na constituição de um Sistema Nacional de Dados sobre a Violência contra a Mulher para que seja possível evitar a revitimização. Para

tanto, foi criado um GT integrado pelas gestoras estaduais do Pacto com o objetivo de definir quais informações devem ser coletadas, de que forma devem ser coletadas e como devem ser trabalhadas.

No âmbito da **cidadania e justiça**, estabeleceu-se em 2012 o projeto “Efetivação dos Direitos da Mulher no Sistema Penal”, para coordenar articulações com órgãos federais, estaduais e sociedade civil, sistematizar demandas do encarceramento feminino e lançar a primeira parte da Política Nacional que tratará de temas como: a maternidade na prisão, arquitetura prisional, alterações legislativas, banco de dados com recorte em gênero, entre outros.

Em relação às **mulheres do campo e da floresta**, foram apoiados 10 projetos destinados à capacitação de mulheres rurais, com vistas à sua inserção no mercado de trabalho e à sua autonomia econômica, priorizando áreas de atuação tradicionalmente desempenhadas por homens. Até o início de 2013, 2.580 mulheres rurais foram atendidas. A inserção produtiva das mulheres também é perseguida pela parceria entre diversos órgãos e programas, com vistas ao fortalecimento de suas organizações econômicas, possibilitando a ampliação do acesso às políticas públicas de crédito, assistência técnica, comercialização, entre outros. Destacam-se, nesse sentido, parcerias no âmbito dos Programas de Organização Produtiva das Mulheres Rurais e do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR. Ambos os Programas integram o Brasil Sem Miséria, contribuindo para a inserção produtiva e outras iniciativas voltadas para a autonomia das mulheres trabalhadoras rurais das regiões atendidas. Em 2012, o PNDTR emitiu 247.502 documentos em articulação com diversos órgãos emissores, o que contribuiu para o atingimento da meta de um milhão de mulheres documentadas pelo programa.

Dados atualizados até dezembro de 2012 informam que 68,61% das Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP têm como titular o casal. No Plano Safra 2012/2013, o limite do PRONAF Mulher foi ampliado de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil e 35% das mulheres acessaram o Programa Garantia-Safra, totalizando mais de 340 mil mulheres. Uma inovação trazida pelo Plano Safra 2013/2014 para as mulheres rurais foi a prioridade de destinação de financiamentos do microcrédito produtivo orientado às mulheres integrantes das unidades familiares de produção enquadradas em qualquer grupo e que apresentem propostas de financiamento de até R\$30 mil.

Com relação ao crédito para as agricultoras familiares, dados preliminares indicam que no primeiro semestre do ano Safra 12/13, 46,8% do Pronaf B operacionalizado pelo Banco do Nordeste – BNB foi acessado pelas mulheres. Além disso, destacam-se como resultados das políticas de promoção da autonomia econômica das mulheres rurais o apoio a 150 organizações produtivas de mulheres com políticas integradas de ATER, crédito, comercialização e gestão; apoio a 200 organizações produtivas de mulheres com ATER especializada para mulheres e a capacitação de técnicos e técnicas de entidades executoras de serviços de ATER selecionadas com o objetivo de apresentar a ATER especializada para Mulheres.

Somados os resultados dos contratos de ATER vigentes em 2012 e convênios ainda vigentes com as entidades estaduais de ATER, chega-se a um público de 1.117.426 famílias beneficiadas. Desse total, 30%, ou cerca de 330 mil, se referem a mulheres rurais. Com relação às chamadas públicas de ATER Agroecologia, foi incorporada como uma de suas diretrizes o fortalecimento da gestão e o protagonismo social, reconhecendo as diversidades e especificidades de gênero, de geração, e das condições socioeconômicas e culturais dos agricultores familiares, o atendimento de pelo menos 50% de mulheres e a destinação de pelo menos 30% do recurso para atividades específicas para as mulheres. Além disso, como estratégia de socialização do trabalho doméstico, em todas as atividades coletivas de ATER é ofertada recreação infantil.

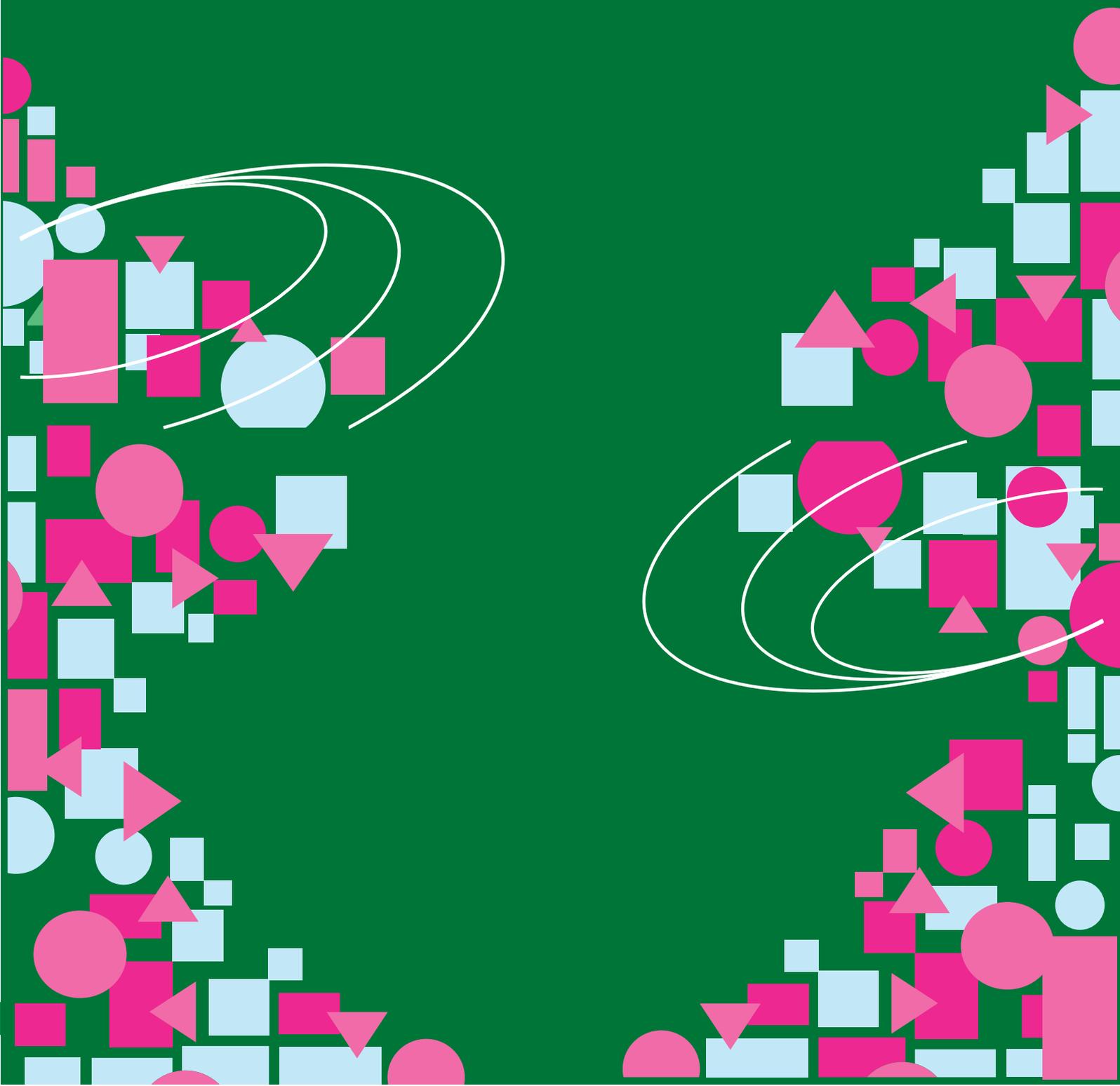
Destaca-se, ainda, o início da vigência da Resolução N° 44 do Grupo Gestor do PAA, que prevê percentuais mínimos de beneficiárias mulheres em 2013. Dados da execução do Ministério do Desenvolvimento Social, em 2012 evidenciam que 29% dos beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA são mulheres. Para o atingimento dos percentuais previstos pela legislação, estão sendo fomentadas atividades de capacitação, divulgação e mobilização, de forma que os grupos produtivos de mulheres enviem propostas qualificadas para contratação.

Tabela 2 - Evolução de Indicadores Seleccionados para as Políticas para as Mulheres

Área Temática e Indicadores	2004			2011		
	Homem	Mulher	Brasil	Homem	Mulher	Brasil
Educação						
Taxa de analfabetismo	11,7%	11,3%	11,5%	8,8%	8,4%	8,6%
Média de anos de estudo	6,7	6,9	6,8	7,5	7,9	7,7
Taxa de frequência na escola (15 a 17 anos)	81,3%	82,4%	81,9%	83,1%	84,4%	83,7%
Taxa de frequência na escola (18 a 24 anos)	31,4%	32,9%	32,2%	27,1%	30,6%	28,9%
Previdência						
Cobertura Previdenciária entre os Idosos com 60 anos ou mais	86,5%	78,2%	81,9%	86,8%	80,0%	83,0%
Proteção Previdenciária da População Ocupada (16 a 59 anos)	64,6%	60,4%	62,8%	71,4%	69,7%	70,7%
Trabalho						
População com 16 anos ou mais desocupada na semana de referência	6,6%	11,5%	8,7%	4,7%	9,0%	6,6%
Rendimento mensal médio de todos os trabalhos	1.122,38	704,06	945,86	1.444,50	1.008,86	1.259,42
Taxa de formalidade das pessoas ocupadas de 16 anos ou mais	49,8%	44,3%	47,5%	58,4%	55,5%	57,1%
Taxa de frequência na escola (0 a 3 anos)	13,2%	13,6%	13,4%	20,5%	21,0%	20,8%
Distribuição de renda						
% da população em situação de extrema pobreza	7,4%	7,4%	7,4%	4,0%	4,3%	4,2%
% da população em situação de pobreza	14,4%	14,3%	14,3%	6,2%	6,3%	6,3%
Trabalho Infantil						
Percentual de crianças/adolescentes de 7 a 14 anos trabalhando	9,4%	4,5%	7,0%	5,8%	2,6%	4,2%
Saneamento Básico						
% de pessoas que vivem em domicílios com água canalizada em pelo menos um cômodo	86,8%	88,4%	87,6%	92,9%	93,8%	93,4%
% de pessoas que vivem em domicílios com escoadouro do banheiro ou	69,7%	71,6%	70,7%	77,1%	78,9%	78,0%
Acesso a bens						
% de pessoas que vivem em domicílios com máquina de lavar roupa	32,4%	34,1%	33,3%	50,2%	51,7%	51,0%
% de pessoas que vivem em domicílios com telefone fixo ou móvel	30,8%	32,6%	31,7%	36,5%	38,5%	37,5%
% de pessoas que vivem em domicílios com microcomputador com acesso à internet	11,7%	12,1%	11,9%	37,4%	38,7%	38,1%
Violência						
Taxa de homicídio de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil habitantes	102,78	6,93	54,46	103,45	7,75	55,64
Raça/cor						
Rendimento mensal médio de todos os trabalhos de brancos de 16 anos ou mais de idade (R\$)	1.470,78	895,20	1.219,91	1.866,12	1.257,79	1.594,91
Rendimento mensal médio de todos os trabalhos de negros de 16 anos ou mais de idade (R\$)	735,82	466,33	626,39	1.056,01	739,15	927,90
Juventude						
% das população de 18 a 24 anos que não estuda, não trabalha, nem está procurando emprego	6,4%	22,6%	14,6%	8,9%	23,4%	16,2%
% das população de 25 a 29 anos que não estuda, não trabalha, nem está procurando emprego	4,6%	26,1%	15,7%	6,0%	25,2%	15,7%

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP

CRIANÇA E ADOLESCENTE





Criança e Adolescente

A particularidade da condição das crianças e adolescentes frente à vida demanda políticas públicas de proteção nas mais diversas frentes. São pessoas que estão sujeitas a vulnerabilidades como o trabalho; a violência física, psicológica e sexual; a violações do direito à convivência familiar; entre outros.

Do universo de notificações de violência doméstica, sexual e outras violências registrados, em 2012⁷, 26,8% foram contra crianças e adolescentes (zero a 19 anos). Em 26,8% dos casos tratava-se de violência de repetição; 52% das violências ocorreram na residência e a tipologia predominante foi a violência física (50,3%), seguida da psicológica, negligência/abandono e sexual. Os principais prováveis autores de agressão de crianças e adolescentes foram a mãe (20,6%), amigos ou conhecidos (15,6%) e o pai (15,2%), sendo que mãe e pai foram os principais prováveis autores de agressão de crianças e os amigos/conhecidos e os desconhecidos contra os adolescentes.

Os indicadores sociais que são apresentados na Tabela 3, ao fim deste tópico, no entanto, atestam evoluções positivas importantes, nos últimos anos, na situação das crianças e dos adolescentes. Houve queda na mortalidade infantil e na infância, de zero a cinco anos, redução nos índices de pobreza e extrema pobreza, redução do trabalho infantil, expansão do acesso a saneamento básico e elevação da disponibilidade de microcomputador com acesso à internet no domicílio de residência.

Especificamente quanto à educação, o público de crianças e adolescentes beneficia-se dos avanços recentes alcançados na educação básica, fruto da ação das três esferas de governo. Dados da PNAD indicam que, entre 2004 e 2011, a taxa de frequência à escola passou de 13,4% para 20,8% entre a população de até três anos e de 70,6% para 83,6% entre as crianças de quatro a seis anos. Para o público de 15 a 17 anos, a frequência passou de 81,1% para 83,8%. Esse quadro reflete importantes mudanças na política de educação básica, sobretudo a aprovação da Emenda Constitucional nº 59/2009, que estabeleceu como dever do Estado a educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos 17 anos, e a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

Com relação à educação básica, destaca-se, ainda, o processo recente de melhoria na sua qualidade, aferida por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Até o momento, todas as metas nacionais estabelecidas estão sendo alcançadas ou mesmo superadas. Os melhores resultados têm sido os alcançados nos anos iniciais do ensino fundamental, em que Ideb passou de 3,8 em 2005 para 5,0 em 2011, sendo que a meta para este último ano era de 4,6.

Apesar dos avanços, ainda são necessários investimentos importantes para a redução da mortalidade infantil e na infância, especialmente nas regiões norte e nordeste,

⁷ Dados preliminares do Ministério da Saúde.

para universalizar o acesso à educação infantil e ao saneamento básico, extinguir a pobreza e a extrema pobreza, e elevar ainda mais o acesso a bens. Cabe notar, em especial, que cerca de 1,1 milhão de crianças seguem em condição de trabalho infantil.

Os direitos de crianças e adolescentes no Brasil tiveram conquistas significativas no campo jurídico-institucional em decorrência da Constituição Federal de 1988, da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, do advento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990 e da instituição e constante aprimoramento do Sistema de Garantia dos Direitos. Para o alcance das diretrizes, dos objetivos e das metas previstas nesses marcos legais é necessário, portanto, a atuação do Estado brasileiro no campo da prevenção e no enfrentamento às violações dos direitos humanos e na garantia da proteção e promoção dos direitos sociais necessários a uma condição humana digna para esse público, que representa aproximadamente um terço da população brasileira.

Nesse sentido, entendendo a condição peculiar de desenvolvimento desse público, a *Agenda Transversal Criança e Adolescente* busca a defesa integral de seus direitos, bem como seu desenvolvimento físico, intelectual, cognitivo, afetivo, social e cultural. Considerando que esses desafios demandam uma estratégia de atuação governamental intersetorial e articulada, a Agenda está consubstanciada, no PPA 2012-2015, em 17 programas temáticos, como Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia, Bolsa Família, Educação Básica, Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, entre outros.

O programa temático da Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes concentra políticas de promoção dos direitos desse público que contemplam a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos; a estruturação dos conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura; a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho; e a institucionalização da política, por meio do fortalecimento dos conselhos de direitos, criação de sistemas de informações, elaboração de planos e de fórum intergovernamental.

Destaques do Relatório 2012

O ano de 2012 representa um marco importante na priorização das crianças e adolescentes nas políticas públicas brasileiras. Lançado em maio de 2012, o Brasil Carinhoso, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, procurou corrigir um grave problema em nosso país, que é a concentração de pobreza nas faixas etárias mais baixas. Antes do Brasil Carinhoso, a taxa de miséria para as crianças era mais de quatro vezes aquela observada para os mais velhos. Com a ação, o percentual de crianças em extrema pobreza entre zero e seis anos caiu de 13,3% para 5% e, entre crianças de sete a 15 anos, passou de 12,4% para 3,7%. As ações que permitiram essa significativa mudança foram o reajuste do benefício do Bolsa Família em 45%, a ampliação do número de três para cinco filhos com direito a recebimento do benefício e o direito a benefício que permita a todos os membros das famílias com crianças superar a situação de extrema pobreza.

O benefício para superação da extrema pobreza foi posteriormente estendido a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, permitindo que 22 milhões de pessoas superassem a condição de extrema pobreza. Destaca-se, ainda, o acompanhamento das condicionalidades de educação, alcançando, em 2012, 13,5 milhões de crianças e adolescentes na faixa etária de seis a 15 anos e 1,9 milhão de jovens de 16 e 17 anos. O acompanhamento

das condicionalidades de saúde atingiu, no mesmo ano, 4,66 milhões de crianças até sete anos de idade, sendo que 99,04% registraram vacinação em dia.

Além das ações de transferência de renda, o Brasil Carinhoso fomentou a ampliação de vagas em creches e pré-escolas e permitiu a ampliação de recursos adicionais de até R\$ 1.362 por aluno/ano, a ampliação de 66% dos valores repassados por alimentação escolar e antecipação de recurso para criação de novas vagas. Na área da saúde, as crianças passaram a receber doses de sulfato ferroso e vitamina A e passaram a ter medicação para asma de graça na rede Aqui tem Farmácia Popular.

A rede de **assistência social** oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos por meio dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – Creas. Levantamento feito pelo Censo SUAS 2011 indicou que 94% dos 2.110 CREAS que responderam ao questionamento ofertaram atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência. Neste sentido, ainda, destaca-se a atuação das unidades de saúde na notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências.

Na **saúde**, destaca-se a trajetória recente de queda da taxa de mortalidade infantil, que passou de 26,1 (por mil nascidos vivos) em 2001 e alcançou 15,7 em 2011⁸. Com esse resultado, o Brasil alcançou a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM com quatro anos de antecedência. Essa trajetória deve se manter, uma vez que os esforços para o enfrentamento da mortalidade infantil foram redobrados com o lançamento do programa Rede Cegonha, que visa a promover a atenção integral à saúde da mulher e da criança, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade. No âmbito do programa, até dezembro de 2012, foram aprovadas propostas referentes à ambiência de 85 maternidades, construção de 12 maternidades, ampliação e equipamentos de 16 Casas da Gestante, Bebê e Puérpera, ampliação e equipamentos de 21 Centros de Parto Normal e qualificação de 2.508 leitos de Unidade de Terapia Intensiva neonatal e adulto. Além disso, investiu-se na qualificação e ampliação das equipes, incluindo no cuidado obstétrico as enfermeiras obstétricas e obstetrias.

A incidência de doenças infectocontagiosas evitáveis por vacinas também vem apresentando redução, além da manutenção de algumas praticamente sem registro de ocorrência. Por exemplo, desde janeiro de 2009, o país não registra novos casos de rubéola; desde 2000, não existe circulação autóctone do sarampo; houve redução de 85% no tétano neonatal entre 2001 e 2011; e houve redução a zero de rubéola congênita. Outro programa relevante é o Programa Saúde na Escola, instituído no ano de 2007, e que já abrange 2.495 municípios, beneficiando mais de 12 milhões de escolares; entre 2010 e 2012, a cobertura do programa passou de 33% para 40%.

Destaca-se também, no ano de 2012, a disponibilização de seis milhões de Cadernetas de Saúde de Adolescentes para suprir as demandas de 1.783 municípios. Entre 2010 e 2012, foram distribuídas cinco milhões de cadernetas, alcançando três mil municípios, e a oferta de vacina de hepatite B foi ampliada para adolescentes e jovens.

No tocante à **educação**, é fundamental o financiamento do governo federal para a ampliação do acesso à educação infantil, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, tendo sido aprovada a construção de 3.135 creches e pré-escolas, no período de 2011 e 2012. Ainda, por meio do PAC 2, outra importante ação é a construção e cobertura de quadras esportivas escolares, com a aprovação da cobertura de 1.669 quadras e da construção de 3.012 novas quadras, atendendo 1.755 municípios. Destaca-se ainda a

⁸ Dados preliminares/SIM/MS.

adesão ao Programa Mais Educação, estratégia para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas. Em 2012, houve adesão de 32.074 escolas, beneficiando 4,7 milhões de alunos, sendo que foi priorizada a instalação de novas escolas em áreas de concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família: mais de 17 mil escolas tinham a maioria de alunos de famílias beneficiárias do Programa (54% do total).

No âmbito da **promoção dos direitos de crianças e adolescentes**, destacou-se, em 2012, a realização da 9ª Conferência Nacional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, em que foram delineados uma Política Nacional e um Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em torno de cinco eixos: Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Proteção e Defesa dos Direitos, Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes, Controle Social da Efetivação dos Direitos e Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Também em 2012, o Brasil assinou o Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança relativo aos Procedimentos de Comunicação, que regulamenta o processo de denúncia, por indivíduos ou grupos de indivíduos, de violações de direitos da criança ao Comitê dos Direitos da Criança.

No que tange à gestão do sistema de atendimento socioeducativo, optou-se por buscar a padronização das 31 unidades de internação que haviam sido consideradas impróprias em 2011. Com esse propósito, foi iniciado processo de elaboração de caderno de parâmetros arquitetônicos e de projetos arquitetônicos padrão para as unidades socioeducativas, de maneira que as novas obras a serem contratadas já se adequem a esse padrão. Destaca-se, ainda, a instituição, pela Lei nº 12.594/2012, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase, que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional.

No fortalecimento da implementação do Sinase, o Ministério da Saúde habilitou nove estados na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória – Pnaisari, totalizando 29 municípios, 41 equipes de saúde (tanto de ESF quanto das unidades socioeducativas) como responsáveis pela atenção integral à saúde desses adolescentes, abrangendo, aproximadamente, 3.970 adolescentes.

Ainda no tocante às ações de prevenção à violência contra crianças e adolescentes, o Ministério da Saúde capacitou profissionais de saúde e áreas afins na estratégia da Linha de Cuidado para a atenção integral à saúde da criança, adolescente e suas famílias em situação de violências, na região da Amazônia Legal, Norte, Nordeste e capitais da Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis. Foram capacitados 40 facilitadores, que atuaram como multiplicadores, alcançando 685 profissionais.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, que repassa recursos para a oferta de atividades socioeducativas e de convivência, atendeu a mais de 850 mil crianças e adolescentes. Visando a aprimorar o programa, deu-se início à elaboração de orientações técnicas para o trabalho social com famílias nos Centros de Referência (CRAS e CREAS).

No âmbito do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil – PAIR, foram pactuados, em 2012, quatro novos projetos para fortalecimento do programa nas capitais dos estados de PE, MT, RR e AM, com o objetivo de prevenir a exploração sexual contra crianças e adolescentes nas cidades que serão sede dos jogos da Copa do Mundo de 2014 e regiões de fronteira.

No que se refere aos Conselhos Tutelares, foi concluído o cadastro nacional, que registrou a existência de 5.902 Conselhos em 5.553 municípios. Foi aprovada a Lei nº 12.696/2012, que garante a remuneração e o gozo de direitos sociais por Conselheiros Tutelares e estabelece processo eletivo nacional unificado. Também houve a aquisição de conjuntos de equipamentos para estruturar 500 Conselhos Tutelares, dos quais grande parte situa-se nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Pela Portaria Interministerial nº 2, de 6 de dezembro de 2012, foi instituído o Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres, envolvendo nove órgãos da União, que estabeleceu diretrizes para a assistência oferecida a crianças e adolescentes em situação de riscos e desastres, com observância ao direito à convivência familiar e comunitária.

Os Centros de **Artes e Esportes** Unificados – CEUs, que procuram integrar num mesmo espaço físico programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, serviços socioassistenciais e inclusão digital, configuram importante equipamento social para a juventude, especialmente em territórios de alta vulnerabilidade social. Em 2012, foi finalizada a contratação de 360 centros; 228 já estão em fase de construção e 02 já foram inaugurados.

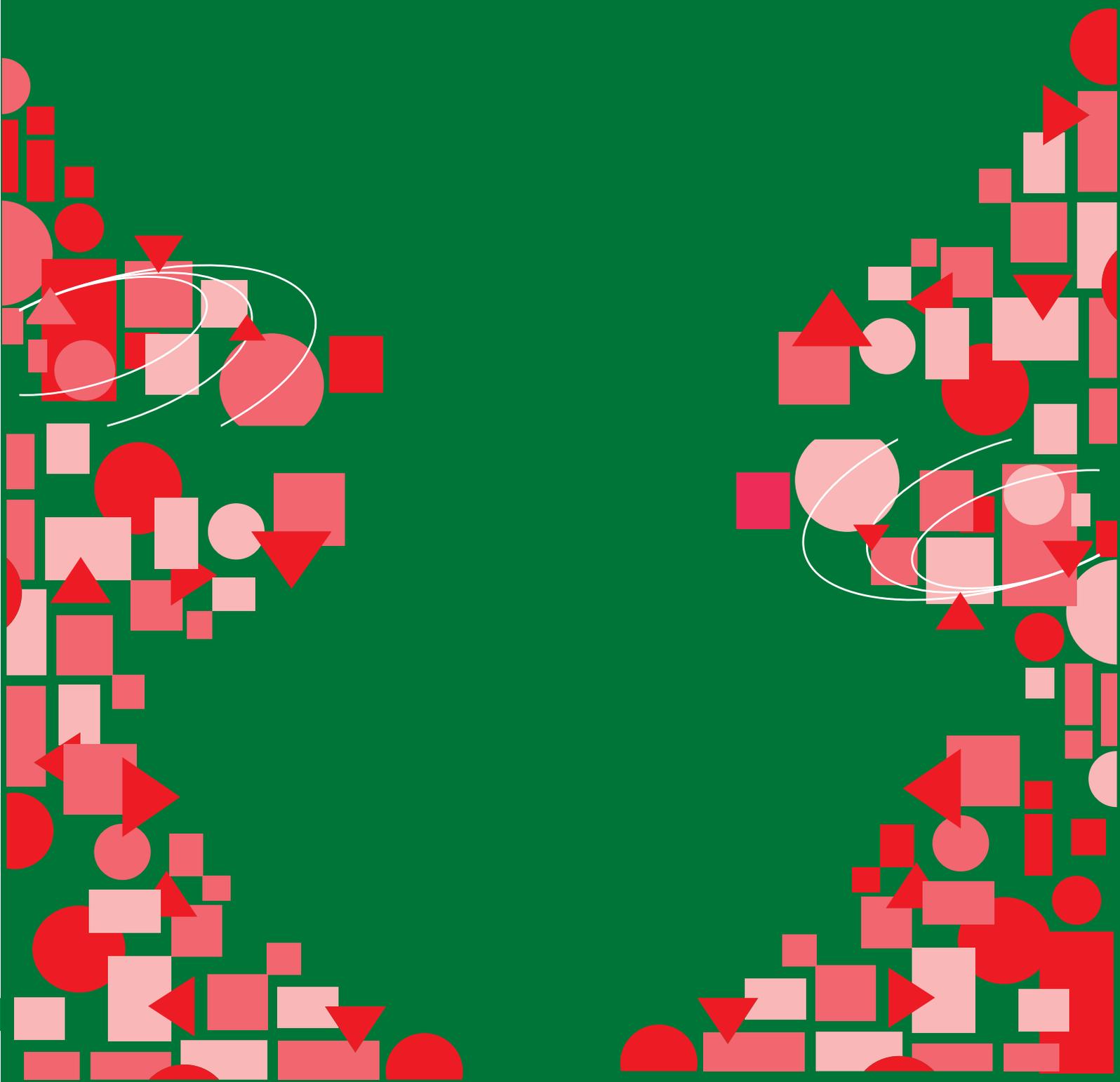
No Programa Mais **Cultura**, que envolve ações de implantação de espaços culturais a partir da construção, reforma e/ou aquisição de bens permanentes, encontram-se em fase de conveniamento 29 projetos e outros 54 já estão em fase de execução. O Programa Segundo Tempo, que visa à oferta de práticas esportivas educacionais, beneficiou um total de 840.740 crianças e jovens, distribuídos em 7.500 núcleos.

Tabela 3 - Evolução de Indicadores Seleccionados para Crianças e Adolescentes

Área Temática e Indicadores	2004		2011	
	Criança/ adolescente	Todas as idades	Criança/ adolescente	Todas as idades
Educação				
Taxa de frequência na escola (0 a 3 anos)	13,4%		20,8%	
Taxa de frequência na escola (4 a 6 anos)	70,6%		83,6%	
Taxa de frequência na escola (7 a 14 anos)	97,1%		98,5%	
Distribuição de renda				
% da população em situação de extrema pobreza	13,1%	7,4%	7,1%	4,2%
% da população em situação de pobreza	22,2%	14,3%	11,8%	6,3%
Trabalho Infantil				
Percentual de crianças/adolescentes de 7 a 14 anos trabalhando	7,0%		4,2%	
Percentual de crianças/adolescentes de 7 a 14 anos do sexo masculino trabalhando	9,4%		5,8%	
Percentual de crianças/adolescentes de 7 a 14 anos do sexo feminino trabalhando	4,5%		2,6%	
Percentual de crianças/adolescentes brancas de 7 a 14 anos trabalhando	5,5%		3,2%	
Percentual de crianças/adolescentes negras de 7 a 14 anos trabalhando	8,3%		4,9%	
Percentual de crianças/adolescentes de 7 a 14 anos domiciliada em meio urbano trabalhando	3,7%		2,3%	
Percentual de crianças/adolescentes de 7 a 14 anos domiciliada em meio rural trabalhando	19,9%		12,7%	
Saneamento Básico				
% de pessoas que vivem em domicílios com água canalizada em pelo menos um cômodo	83,3%	87,6%	90,6%	93,4%
% de pessoas que vivem em domicílios com escoadouro	65,7%	70,7%	74,1%	78,0%
Acesso a bens				
% de pessoas que vivem em domicílios com máquina de lavar roupa	26,8%	33,3%	44,9%	51,0%
% de pessoas que vivem em domicílios com telefone fixo ou móvel	24,3%	31,7%	29,3%	37,5%
% de pessoas que vivem em domicílios com microcomputador com acesso à internet	7,9%	11,9%	31,9%	38,1%

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP

JUVENTUDE



Juventude

Diversos estudos demonstram as dificuldades enfrentadas pelos jovens em acessar serviços sociais de caráter básico, especialmente aqueles que se encontram em situação de maior fragilidade social, por conta da renda ou da cor. Um dos principais desafios relacionados à juventude é a **violência**. Os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, atingindo especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Mais da metade (53,3%) dos quase 50 mil mortos por homicídios em 2012 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino. Essa situação demanda enfrentamento adequado e de maneira articulada por vários setores e entes.

O contexto social do jovem, contudo, tem apresentado avanços, como demonstram os indicadores elencados na Tabela 4, ao fim deste tópico, resultado de um conjunto de políticas que ampliou o acesso à educação e ao trabalho. Nesse sentido, tem-se os programas de inclusão no ensino superior, o programa Bolsa Família e o Programa de Aceleração do Crescimento, que foram determinantes para a ampliação dos empregos formais, especialmente para os jovens. Assim, no mundo do trabalho, observa-se um aumento da formalidade bem como do rendimento, acompanhado de maior proteção previdenciária. Também melhoraram o acesso a saneamento básico e a bens, com destaque para o maior percentual de jovens com microcomputadores com acesso à internet.

No tocante à educação, entendida como necessária para a inserção adequada no mercado de trabalho, a existência de um longo período de prevalência de políticas de universalização do ensino fundamental permitiu que se atingisse uma baixa taxa de analfabetismo entre os jovens, chegando a 2,0%, em 2011. Quando se realiza o recorte de raça, entretanto, observa-se que o analfabetismo entre jovens negros é mais de duas vezes maior do que entre brancos⁹. A taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos vem crescendo gradativamente, assim como o acesso ao ensino superior. Entre 2004 e 2011, houve crescimento de 65% do número de pessoas de 25 a 29 anos com ensino superior completo.

Um conjunto de recentes avanços institucionais contribui para esse processo de avanços para a juventude. A inclusão, na Constituição Federal, em 2010, do termo “jovem” (PEC 65) representou o reconhecimento pelo Estado brasileiro deste segmento como um público essencial para ser observado pelo sistema de direitos inscrito na Carta Magna. A criação da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, do Conselho Nacional de Juventude – Conjuve, do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem e da Política Nacional de Juventude – PNJ, em 2005, reforçam esse processo importante de institucionalização. Outro grande passo foi a aprovação do Estatuto da Juventude, em 2013. O Estatuto amplia os direitos dos jovens do campo e da cidade à participação, à educação, à saúde, ao trabalho, à mobilidade, à cultura, entre outros direitos fundamentais para uma trajetória de inclusão, autonomia e emancipação

⁹ Em 2011, a taxa de analfabetismo de jovens negros, de 15 a 29 anos, considerando pretos e pardos, era de 2,6%, ao passo que a de jovens brancos, na mesma faixa etária, era de 1,2%.

e se soma ao olhar sobre as iniquidades no seio do projeto de desenvolvimento em curso, como são também exemplos o Estatuto do Idoso, do Torcedor, da Igualdade Racial, etc.

No âmbito do PPA 2012-2015, o programa Autonomia e Emancipação da Juventude, que possui sete objetivos e 39 metas, enquanto a agenda transversal da juventude revela um espectro mais amplo de 17 programas temáticos envolvidos além do específico, e revela 26 objetivos e 86 metas, garantindo a integração desta nova geração de brasileiros e brasileiras ao planejamento do desenvolvimento do país.

A temática também está inscrita em *Programas Temáticos como Educação Básica, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, Agricultura Familiar, Cultura: Preservação, Promoção e Acesso, Esporte e Grandes Eventos Esportivos e Trabalho, Emprego e Renda*. A seguir, apresentamos alguns destaques para as políticas de apoio à juventude, nos mais diversos setores.

Destaques do Relatório 2012

Na área da **educação**, destaca-se o Programa Universidade para Todos – Prouni, que promove o acesso de jovens de baixa renda, selecionados pelo Enem, a cursos de educação superior em instituições privadas de ensino, por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais. Do total de estudantes beneficiados até 2012, mais de 269 mil concluíram o curso superior. Atualmente, mais de 492 mil bolsas estão ativas no Prouni, tendo sido ofertadas, em 2012, 284,6 mil bolsas. Destaca-se, ainda, a Bolsa Permanência que se destina aos bolsistas integrais do Prouni matriculados em curso presencial com prazo mínimo de integralização de seis semestres e carga horária média igual ou superior a seis horas diárias de aula. Em média, cerca de 5.250 estudantes recebem o benefício mensalmente.

Outra importante estratégia adotada pelo Governo Federal na educação é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, que visa à expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. A meta global do programa é ofertar oito milhões de vagas, até 2014, em cursos de educação profissional e tecnológica.

Em 2012, foram realizadas 1.670.830 matrículas no conjunto de iniciativas do Pronatec (Expansão da Rede Federal, Bolsa-Formação, Programa Brasil Profissionalizado, Rede e-Tec Brasil e Acordo de Gratuidade do Sistema S). Especificamente na Bolsa-Formação, foram realizadas mais de 645 mil matrículas. Destaca-se, ainda, no âmbito do Bolsa-Formação, o Pronatec Brasil Sem Miséria, com mais de 266 mil beneficiários de Programas Federais de Transferência de Renda matriculados, sendo 48% deles na faixa etária entre 18 e 29 anos; o Pronatec Seguro Desemprego, que alcançou mais de 48 mil beneficiários; e o atendimento de mais de 227 mil beneficiários em cursos de qualificação profissional. Com relação à educação profissional técnica de nível médio, atingiu-se, em 2012, 1.362.200 matrículas em cursos técnicos nas formas integradas, inclusive na educação de jovens e adultos, concomitante e subsequente. Os Programas Brasil Profissionalizado e Rede e-Tec Brasil, que contemplam a formação de docentes e servidores nas modalidades presencial e a distância, formaram 1.200 professores e gestores de educação profissional e ofertaram 1.800 vagas em cursos de pós-graduação para professores e gestores de educação profissional, respectivamente. Em 2012, o Programa permitiu que mais de 85,2 mil jovens ingressassem em cursos técnicos.

Destaca-se, ainda, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, cujo objetivo é elevar a escolaridade de jovens de 18 a 29 anos, visando à conclusão do ensino

fundamental, à qualificação profissional inicial e ao desenvolvimento de ações comunitárias, com exercício da cidadania. Busca proporcionar formação integral, associando Formação Básica, Qualificação Profissional Inicial e Participação Cidadã, por meio de curso com duração de 18 meses, com fornecimento de auxílio financeiro mensal aos jovens atendidos no valor de R\$ 100,00, condicionado a 75% de presença deste jovem nas atividades presenciais e a entrega de trabalhos pedagógicos. Em 2012, foram matriculados 104.804 jovens no programa. Para 2013, a previsão é de 110.000 beneficiados.

Em que pese a elevação da taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos, é essencial que a escola reestruture seus projetos políticos pedagógicos e, conseqüentemente, seus currículos, possibilitando, com isso, que o jovem veja sentido no seu processo formativo. Para tanto, tem se buscado avançar na ampliação da oferta de matrículas em programas de Educação Integral, no âmbito do Programa Ensino Médio Inovador; na revisão do Currículo Escolar, com vistas à ampliação do tempo escolar e reorganização dos espaços educativos; e na formação de professores de ensino médio, com foco na cultura juvenil, entre outros.

No que tange ao **enfrentamento à violência**, foi lançado o Plano Juventude Viva, que teve início por meio de um projeto piloto em Maceió. Além de Maceió, o está previsto que o plano será executado em mais 131 municípios, que, em 2010, concentraram 70% dos homicídios de jovens negros com idade de 15 a 29 anos. O Plano conta com mais de 30 ações de 25 programas federais implementados pelos Ministérios da Saúde, Cultura, Justiça, Educação, Trabalho e Emprego, Esporte, Direitos Humanos, Igualdade Racial e Secretaria-Geral/Secretaria Nacional de Juventude. Em conjunto, as ações visam a reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia; da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídio; e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema.

Dentre as ações do Plano, destacam-se:

- Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e outras Violências;
- Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde;
- Praças do Esporte e da Cultura;
- Cultura Viva: Pontos de Cultura;
- Protejo e Mulheres da Paz;
- Projovem Urbano;
- Pronatec;
- ProJovem Trabalhador;
- Projeto Esporte e Lazer da Cidade – PELC;
- Estação da Juventude;
- Campanha Juventude Viva;
- Pacto pela Vida da Juventude Negra no Sistema de Justiça.

Com relação à **saúde**, as políticas do SUS têm possibilitado ampliar o acesso dos jovens aos serviços de saúde de forma a contemplar as especificidades dessa população

por meio de estratégias e ações voltadas à saúde sexual e saúde reprodutiva e à prevenção de violências e acidentes. Nos anos de 2011 e 2012, foram ofertados no SUS mais de 900 milhões de preservativos masculinos e, em 2012, 11,6 milhões de preservativos femininos. A ampliação da vacina de hepatite B para esta faixa etária está permitindo a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Por outro lado, o Programa “Fique Sabendo” tem possibilitado aumentar a oferta de testes rápidos para a realização do diagnóstico precoce em relação ao HIV.

A inserção dos jovens do mercado de **trabalho** conta com a política de aprendizagem profissional, por meio da conexão entre a Formação Profissional e a formalização de Contrato de Trabalho de natureza especial. A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT exige que médias e grandes empresas contratem número de aprendizes equivalente a no mínimo 5% e no máximo 15% do contingente de trabalhadores, excetuando-se da base de cálculo as funções que exijam nível superior, técnico e/ou de gerência e confiança. A fiscalização fica por conta do Ministério do Trabalho e Emprego, que tem metas de inserção de aprendizes via ação fiscal. Em 2012, foram admitidos 286.827 aprendizes, sendo 140.900 aprendizes inseridos por meio de ação fiscal. Destes, 47,25% foram contratos celebrados com jovens mulheres.

Destaca-se o também o lançamento das Estações da Juventude, a partir de avaliações de programas de juventude do Governo Federal, que identificaram a carência de equipamentos públicos específicos para o desenvolvimento de atividades e garantir estruturas de participação social bem como apontaram a necessidade de adoção de iniciativas que proporcionassem a ampliação do acesso dos jovens às políticas públicas de forma articulada.

As Estações da Juventude estão focadas em ações voltadas para informação e comunicação de demandas juvenis e políticas públicas para a população entre 15 e 29 anos; integração territorial de programas e iniciativas que favoreçam a articulação das já existentes; e para a reversão de percursos de exclusão juvenil. As Estações contam com a modalidade itinerante, por meio da qual se busca atingir os jovens que residem em municípios menores, sobretudo no meio rural. Em 2012, foi lançado edital para seleção de projetos para financiamento de unidades itinerantes e complementares para estados e municípios, respectivamente, tendo sido firmados 23 convênios.

No tocante à **cultura**, o Prêmio Agente Jovem tem como objetivo envolver a juventude brasileira na divulgação de experimentações, vivências culturais e reflexões, reconhecendo iniciativas culturais juvenis, apoiando e estimulando as experiências desenvolvidas por jovens, oferecendo prêmios a iniciativas culturais que promovam a cidadania cultural e estimulem as dinâmicas culturais em seus territórios. Em 2012, foram premiadas 500 iniciativas com valores correspondentes aos valores dos microprojetos, garantindo, assim, um maior impacto na promoção da cultura da juventude.

Os Centros de **Artes e Esportes** Unificados – CEUs, que procuram integrar num mesmo espaço físico programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, serviços socioassistenciais e inclusão digital, configuram importante equipamento social para a juventude, especialmente em territórios de alta vulnerabilidade social. Em 2012, foi finalizada a contratação de 360 centros, 228 já estão em fase de construção e dois já foram inaugurados.

As políticas públicas de apoio à **agricultura familiar** procuram inserir os jovens por meio de ações afirmativas que busquem valorizar seu papel na produção familiar, tornar o campo um local mais atrativo e profissionalizado e contribuir para reverter a migração da juventude rural. Assim, dirigem-se aos jovens rurais chamadas públicas específicas de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER bem como linhas de crédito voltadas ao segmento.

Em 2012 e início de 2013, 10 mil jovens agricultores familiares foram atendidos pelo serviço nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Amapá, Pará, Rondônia e Goiás e Mato Grosso do Sul. Por outro lado, o limite do Pronaf Jovem foi ampliado de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil. O Plano Safra 2013/2014 conta com linha do microcrédito orientado, em que será feito acompanhamento financeiro e orientação para projetos específicos da juventude.

No que se refere à questão da **educação no campo**, os dados demonstram que a proporção de jovens adolescentes que frequentavam o ensino médio nas áreas urbanas é bem maior do que aquele do meio rural. Em 2011, a taxa era de 54,8% nas áreas urbanas e de apenas 37,1% no meio rural. Em 2012, foram realizadas ações para apoio da educação do campo nos estados, municípios e distrito federal, bem como para a garantia de acesso e permanência de jovens na educação de jovens e adultos do campo e no ensino superior.

Nesse sentido, o ProJovem Campo, que se volta para a elevação de escolaridade com qualificação profissional formou, em 2012, 9.094 jovens do campo, com a disponibilização de recursos financeiros aos educandos por meio de bolsa-auxílio, tendo sido pagas 162.276 parcelas de bolsas. No âmbito da educação superior, o Procampo, ao apoiar a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, proporciona acesso aos jovens do campo à formação para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. Para os próximos períodos a expectativa é de consolidação do Pronacampo, com o cumprimento das metas previstas nas ações em andamento e com a implantação da Escola da Terra e da Educação de Jovens e Adultos com qualificação profissional.

A expansão da Bolsa Formação Estudante do Pronatec, com a participação de instituições privadas, poderá também ampliar a oferta de educação profissional de nível médio no campo. A implementação de 35 novos cursos e oito expansões de turmas do Procampo com 4.945 novas vagas em 2013, totalizando em três anos 14.835 vagas, e a expansão dos polos da Universidade Aberta do Brasil – UAB são ações que ampliarão o acesso da população do campo ao ensino superior.

Em consonância com as demais ações destinadas ao jovem rural, destaca-se a realização do I Seminário de Juventude Rural, o lançamento do Programa de Formação agroecológica e Cidadã com Geração de Renda para da Juventude Rural, em parceria com a UNB e a UNILAB, que formará 600 jovens. O objetivo é a construção de ações para a juventude rural voltadas para a geração de renda, associando formação cidadã, com base nos preceitos agroecológicos e sustentáveis, o estímulo ao intercâmbio de experiências (boas práticas) e o acesso a tecnologias sociais que fortaleçam as condições necessárias para a permanência dos e das jovens do campo e da floresta; o apoio a dois projetos de Articulação de Grupos de Economia Solidária (SENAES/MTE e SNJ), com cerca de mil jovens; e a Estação Juventude no Campo, com destinação de cinco estações móveis para atender Territórios da Cidadania nos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

Do ponto de vista das **relações institucionais**, três questões foram importantes em 2012. A primeira delas é o aprofundamento das parcerias com o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de PPJs – FORJUVE e o Fórum Nacional de Gestores Municipais de Políticas Públicas de Juventude. Essa parceria possibilitou o início do desenvolvimento em 2012 de um curso para gestores e atores sociais em parceria com a Universidade de Brasília – UNB. No campo internacional, destaca-se a posição ocupada pelo Brasil de Presidente da Organização Iberoamericana de Juventude – OIJ.

A articulação interministerial e o diálogo com a sociedade civil, de forma mais acentuada com o Conjuve, se destacou como um elemento importante no processo de fortalecimento das políticas públicas de juventude. O Conjuve intensificou suas atividades e trabalhos após a eleição da nova composição, dentre as quais destacam-se o acompanhamento pela sociedade civil do Plano Juventude Viva e o protagonismo nos eventos da Conferência Rio +20.

Tabela 4 - Evolução de Indicadores Seleccionados para Juventude

Área Temática e Indicadores	2004		2011	
	Jovens	Todas as idades	Jovens	Todas as idades
Educação				
Taxa de analfabetismo	4,0%	11,5%	2,0%	8,6%
Média de anos de estudo		6,8		7,7
Média de anos de estudo (15 a 17 anos)	6,9		7,4	
Média de anos de estudo (18 a 24 anos)	8,5		9,5	
Média de anos de estudo (25 a 29 anos)	8,1		9,6	
Taxa de frequência na escola (15 a 17 anos)	81,9%		83,7%	
Taxa de frequência na escola (18 a 24 anos)	32,2%		28,9%	
Previdência				
Proteção Previdenciária da População Ocupada	58,3%	62,8%	68,7%	70,7%
Proteção Previdenciária da População Ocupada (16 a 17 anos)	37,6%		43,1%	
Proteção Previdenciária da População Ocupada (18 a 24 anos)	57,8%		68,2%	
Proteção Previdenciária da População Ocupada (25 a 29 anos)	63,8%		73,5%	
Trabalho				
População com 16 anos ou mais desocupada na semana de referência	14,9%	8,7%	12,1%	6,6%
População de 16 a 17 anos desocupada na semana de referência	23,7%		22,5%	
População de 18 a 24 anos desocupada na semana de referência	16,9%		13,8%	
População de 25 a 29 anos desocupada na semana de referência	9,5%		8,1%	
Rendimento mensal médio de todos os trabalhos		945,86		1.259,42
Rendimento mensal médio de todos os trabalhos (16 a 17 anos)	214,07		347,85	
Rendimento mensal médio de todos os trabalhos (18 a 24 anos)	516,14		751,73	
Rendimento mensal médio de todos os trabalhos (25 a 29 anos)	808,58		1.112,38	
Taxa de formalidade das pessoas ocupadas de 16 anos ou mais	44,5%	47,5%	58,4%	57,1%
Taxa de formalidade das pessoas ocupadas de 16 a 17 anos	13,8%		22,3%	
Taxa de formalidade das pessoas ocupadas de 18 a 24 anos	43,8%		58,3%	
Taxa de formalidade das pessoas ocupadas de 25 a 29 anos	52,6%		64,4%	
Distribuição de renda				
% da população em situação de extrema pobreza	6,7%	7,4%	4,1%	4,2%
% da população em situação de pobreza	14,1%	14,3%	6,2%	6,3%
Saneamento Básico				
% de pessoas que vivem em domicílios com água canalizada em pelo menos um cômodo	87,4%	87,6%	93,2%	93,4%
% de pessoas que vivem em domicílios com escoadouro do	70,3%	70,7%	77,6%	78,0%
Acesso a bens				
% de pessoas que vivem em domicílios com máquina de lavar roupa	31,9%	33,3%	49,2%	51,0%
% de pessoas que vivem em domicílios com telefone fixo ou móvel	33,0%	31,7%	35,3%	37,5%
% de pessoas que vivem em domicílios com microcomputador com acesso à internet	12,6%	11,9%	41,0%	38,1%
Violência				
Taxa de homicídio de homens de 15 anos ou mais por 100 mil habitantes	102,78	76,32	103,45	72,89
Taxa de homicídio de homens brancos de 15 anos ou mais por 100 mil habitantes	67,62	52,66	52,75	41,08
Taxa de homicídio de homens negros de 15 anos ou mais por 100 mil habitantes	122,97	91,01	135,07	94,89
Juventude				
% das população de 15 a 17 anos que não estuda, não trabalha, nem está procurando emprego	7,7%		8,3%	
% das população de 18 a 24 anos que não estuda, não trabalha, nem está procurando emprego	14,6%		16,2%	
% das população de 25 a 29 anos que não estuda, não trabalha, nem está procurando emprego	15,7%		15,7%	

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP

PESSOA IDOSA



Pessoa Idosa

O Brasil, nos últimos 30 anos, passou por profundas mudanças demográficas, com queda das taxas de fecundidade e crescimento da expectativa de vida. Como resultado, a população idosa vem se expandindo em ritmo acelerado, tanto em termos relativos como absolutos. Entre 2000 e 2010, de acordo com dados do Censo, a população idosa passou de 14,5 para 20,6 milhões de pessoas. Em 2011, a PNAD estima as pessoas idosas em cerca de 23 milhões, representando quase 12% da população total. Segundo estimativas do IBGE, a população idosa, em 2030, deve ultrapassar a marca de 30 milhões. Essa tendência, somada às condições sociais, econômicas e epidemiológicas típicas desse grupo, desafia o Estado a fortalecer as políticas já existentes para esse público, a adaptar outras a esse novo quadro demográfico e a criar novas políticas que possam atender as demandas e materializar os direitos de idosos e idosas.

Os indicadores sociais que são apresentados na Tabela 5, ao final deste tópico, atestam importantes avanços na situação social das pessoas idosas, em especial nos indicadores relativos a educação, renda, acesso a bens e saneamento. É preciso ressaltar, nesse processo, o papel central dos benefícios previdenciários e da assistência social, somados à política de valorização do salário mínimo, para a redução da pobreza e da extrema pobreza entre as pessoas idosas. A partir dos dados da PNAD, estima-se que, em 2011, 2,4% das pessoas idosas com mais de 60 anos eram pobres. Sem as transferências previdenciárias, essa estimativa seria de 45,7%. A cobertura dos benefícios previdenciários e assistências à população idosa também pode ser estimada a partir da PNAD: em 2011, estava em 83%. No que tange à educação, destaca-se o avanço na redução da taxa de analfabetismo para a população com 60 anos ou mais, que, segundo dados da PNAD, recuou de 32%, em 2004, para 24,8%, em 2011.

Mas persistem desafios importantes, relacionados ao enfrentamento dos preconceitos e estereótipos associados a essa população e a violações nos seus direitos. Alguns dados são reveladores sobre a situação das pessoas idosas: apesar da queda recente, ainda são a faixa etária com a maior taxa de analfabetismo; em pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2006), 32,5% das pessoas idosas entrevistados relataram ter sofrido algum tipo de violência e 19% reconhecem desconhecer seus direitos. Do universo de notificações de violência doméstica, sexual e outras violências¹⁰ a partir dos dados preliminares de 2012, 5,4% correspondiam a pessoas idosas, sendo que o principal local de ocorrência foi a residência (68,5%), com predomínio da violência física (63%). Houve 34,6% de violência de repetição e o principal provável autor de agressão foi o(a) filho(a) (25%). Ainda, dados do SUS, de 2012, informavam a ocorrência de 7.837 internações/dia em decorrência de causas externas. Também merece destaque a situação de pessoas idosas que vivem em instituições de longa permanência. Estima-se que mais de 130 mil pessoas idosas se encontrem nessa situação. Se por um lado esse número é relativamente pequeno se comparado ao total de pessoas idosas, as ocorrências de graves violações de direitos, violências e maus-tratos nesses locais ensejam atuação firme e constante do Estado.

¹⁰ Ministério da Saúde.

Face a esse quadro, as políticas para as pessoas idosas vêm passando por um processo de institucionalização e fortalecimento. Partindo-se do reconhecimento de seus direitos pela Constituição Federal de 1988 e passando: pela instituição da Política Nacional do Idoso e criação do Conselho Nacional do Idoso, em 1994; pela aprovação do Estatuto do Idoso, em 2003; pela publicação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, em 2006; pela regulamentação dos benefícios de prestação continuada da assistência social devido à pessoa idosa, em 2007; e pela instituição do Fundo Nacional do Idoso, em 2010. Destacam-se, ainda, o Decreto 6.800/2009, que assentou na Secretaria de Direitos Humanos – SDH a responsabilidade pela coordenação da Política Nacional do Idoso, e a realização da 1ª, 2ª e 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, em 2006, 2009 e 2011.

As políticas públicas voltadas para a promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas são transversais a várias áreas de governo. Pela mesma razão, os compromissos do Governo Federal com o atendimento dessa população estão dispersos em diversos Programas Temáticos do PPA 2012-2015, em especial o Programa de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e também no âmbito da seguridade social, da mobilidade urbana, do trabalho e emprego, da acessibilidade e da educação. A seguir são apresentados os principais resultados verificados em 2012 no monitoramento do Plano.

Destques do Relatório 2012

Os **benefícios previdenciários e da assistência social** são um primeiro instrumento de destaque na política para pessoas idosas. A previdência social garante a renda do trabalhador e de sua família em caso de perda da sua capacidade de trabalho, seja em função de doença, acidente, gravidez, prisão, morte ou velhice. Trata-se de um direito social garantido pela Constituição Federal (II, Art. 6º) com o objetivo de prover condições de vida dignas aos indivíduos. Soma-se à previdência social o Benefício de Prestação Continuada, também instituído pela Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, que consiste no repasse de um salário-mínimo mensal, dirigido às pessoas idosas com idade de sessenta e cinco anos ou mais e às portadoras de deficiência que não tenham condições de prover o seu próprio sustento, tendo como princípio central de elegibilidade a incapacidade para o trabalho. Em 2012, o BPC atendeu aproximadamente 3,8 milhões de beneficiários, sendo 1,8 milhão de pessoas idosas. As pessoas idosas socialmente protegidas – que recebiam aposentadoria e/ou pensão de qualquer regime previdenciário ou da assistência social ou contribuam para a Previdência Social – totalizavam 19,5 milhões.

Para o aprimoramento da rede de atendimento da **previdência**, está em andamento o Plano de Expansão da Rede de Atendimento – PEX, que pretende construir 720 novas agências em municípios com mais de 20 mil habitantes e que não possuam agências nas proximidades. O objetivo do programa é expandir o atendimento previdenciário e ficar mais próximo da população. Em muitos municípios brasileiros, os segurados precisam percorrer até mais de 80 quilômetros para serem atendidos numa agência da Previdência Social. Já foram entregues 238 agências novas em todo o país, 118 somente em 2012. Uma vez que grande parte das pessoas que procuram a Previdência Social, seja para obter informações ou para solicitar benefícios das diversas formas, são pessoas acima de 60 anos, o aumento do número de Agências do INSS tem impacto direto no dia a dia da pessoa idosa. Como resultado dos esforços de ampliação e qualificação da rede de atendimento, em 2012, 57,87% dos segurados tiveram seu benefício decidido na mesma data do seu primeiro atendimento.

Outro tema de destaque na agenda de políticas para as pessoas idosas é a **saúde**. O envelhecimento da população tem claros efeitos sobre essa política. Nesse sentido, têm sido

desenvolvidas ações estratégicas com base nas diretrizes da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, objetivando promover o envelhecimento ativo e saudável, a realização de ações de atenção integral e integrada à saúde deste contingente populacional, bem como medidas direcionadas à qualificação dos serviços de saúde.

Os meios empregados objetivam preservar a autonomia da pessoa idosa, tanto na sua independência física, como na psíquica, e ampliar o acesso à medicação das doenças crônicas. A orientação dessa linha de cuidados para a promoção da saúde da pessoa idosa procura ampliar, sobretudo, o seu grau de independência para o autocuidado – envolvendo familiares e comunidade. Esse modelo deverá organizar, por exemplo, as linhas de cuidado para pessoas idosas frágeis, por intermédio da formação de cuidadores, e a adequação da estrutura dos pontos de atenção da rede, de forma a melhorar a acessibilidade e o acolhimento. Insere-se nesse modelo, a ampliação da atenção biopsicossocial à pessoa idosa em situação de violência.

Visando aprimorar, em específico, o atendimento às pessoas idosas nos serviços de saúde, em 2012 foram capacitados 736 profissionais do SUS em Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento, assim como disponibilizadas 1.000 vagas para o Curso de Aperfeiçoamento em Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa, na modalidade de ensino à distância, para profissionais de saúde. Dessas vagas disponibilizadas, 875 profissionais concluíram o curso. Houve também prosseguimento na distribuição das cadernetas da pessoa idosa, alcançando-se o número de 18,7 milhões até 2012. No último ano também foi iniciado o processo de reformulação de conteúdos e fluxos de gestão das cadernetas, otimizando o seu papel como importante instrumento para a qualificação e articulação do cuidado da pessoa idosa no SUS.

Por meio do Programa Melhor em Casa, que busca ampliar o atendimento domiciliar no âmbito do SUS, foram implantadas 233 equipes de atenção domiciliar, sendo 159 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar – EMAD e 74 Equipes Multiprofissionais de Apoio – EMAP, que atuam em todas as regiões do país. A campanha nacional de vacinação contra a gripe (influenza sazonal), segundo dados finais de junho 2102, vacinou 82,0% das pessoas idosas. O Programa Aqui Tem Farmácia Popular ampliou a rede credenciada mapeada pelo Brasil Sem Miséria, alcançando 962 municípios do mapa da extrema pobreza, ampliando assim sua cobertura populacional, sobretudo em áreas de maior vulnerabilidade social.

No campo da **promoção de hábitos saudáveis e da qualidade de vida**, fundamentais para um envelhecimento ativo, destacam-se as Academias da Saúde, que têm como principal objetivo contribuir para a promoção da saúde da população a partir da implantação de polos com infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal qualificado para a orientação de práticas corporais e atividade física e de lazer e modos de vida saudáveis. Até o final de 2012, eram 155 polos em funcionamento, em 96 municípios. Para os próximos exercícios, é esperada uma aceleração no ritmo de implantação dos polos. No mesmo sentido, destaca-se o programa Vida Saudável, que visa à melhoria da qualidade de vida da população da terceira idade, sem abrir mão do atendimento a pessoas com deficiência, em atividades sistemáticas de oficinas de esporte, dança, ginástica, teatro, música, orientação à caminhada, capoeira e outras dimensões da cultura regional. Em 2012, atendeu a 34.000 beneficiados, em 17 núcleos.

Destacam-se, também, os Centros de **Artes e Esportes** Unificados – CEUs, que procuram integrar num mesmo espaço físico programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer e serviços socioassistenciais, configurando importante equipamento social que também atende à população idosa. Os CEUs vão atender, sobretudo, territórios de alta

vulnerabilidade social; em 2012, foi finalizada a contratação de 360 centros; 228 já estão em fase de construção e 02 já foram inaugurados.

Na **assistência social**, um dos serviços ofertados pelos Centros de Referência e Assistência Social – CRAS é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que visa prevenir as situações de risco social ao ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Considerando dados desse serviço diretamente pelos CRAS, em agosto de 2012 (mês de referência para o Censo SUAS 2012) foram atendidas 421 mil pessoas idosas.

A **acessibilidade** é tratada nos programas relacionados ao desenvolvimento urbano, no âmbito das ações da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades que, em decorrência do Decreto nº 7.618/2011, passou a se chamar Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos - SNAPU. Em 2012 foi criado um grupo de trabalho voltado à verificação das condições de acessibilidade em aeroportos brasileiros situados nas cidades sede da Copa do Mundo da FIFA.

Cabe ressaltar que a acessibilidade perpassa todas as implantações de infraestrutura de mobilidade urbana no âmbito do PAC e Copa do Mundo FIFA 2014. Assim à medida que as obras forem sendo executadas, tanto dos projetos de mobilidade urbana vinculados à Copa do Mundo, quanto do PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades, PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - 1ª e 2ª etapas - e PAC 2 Médias Cidades, serão proporcionados avanços na oferta de condições de acessibilidade. A Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre – Trensurb também cooperam neste sentido, implantando a acessibilidade universal em seus sistemas e trabalhando na implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar livre acesso às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência nos sistemas de trens urbanos e metroviários que operam.

Na **habitação**, o Programa Minha Casa Minha Vida reserva no mínimo 3% das unidades habitacionais para pessoas idosas e às famílias com pessoas com deficiência. Em 2012, o Programa contratou 295.942 unidades adaptáveis – quase 25% da meta de 1,2 milhão de unidades – e 7.014 unidades adaptadas ao uso por famílias com pessoas com deficiência – 35% da meta de 20 mil unidades.

No tocante à **educação**, a redução da taxa de analfabetismo entre os idosos é resultado de programas, como o Brasil Alfabetizado. O programa é executado por estados e municípios, com apoio do Governo Federal, mediante a implementação de planos de alfabetização para jovens e adultos, sendo assegurada autonomia dos entes para organização das turmas e definição metodológica, o que favorece a desenvolvimento de processos educativos alinhados às diferenças entre os públicos atendidos.

Por fim, em 2012, elaborou-se o protocolo nacional para Proteção Integral de Pessoas Idosas em Situação de Riscos e Desastres, que, essencialmente, visa evitar ou minimizar os impactos desses eventos nas condições de vida das pessoas idosas. Além disso, em parceria com Instituto Federal de Brasília – IFB, criou-se a Matriz Referencial do Curso Cuidador de Idosos, com o objetivo de capacitar profissionais para atuarem no atendimento domiciliar, em casas de repouso, acompanhamentos particulares, asilos e/ou unidades básicas de saúde, assim como atualizar e/ou formalizar as habilidades de profissionais que já atuam na área. Por fim, foi realizado o Seminário e Ato Público na Câmara Federal: “Dez anos do Conselho Nacional de Direitos do Idoso – Uma década de luta pela garantia do direito ao envelhecimento digno”. Como resultado do evento, foi elaborada publicação de uma coletânea

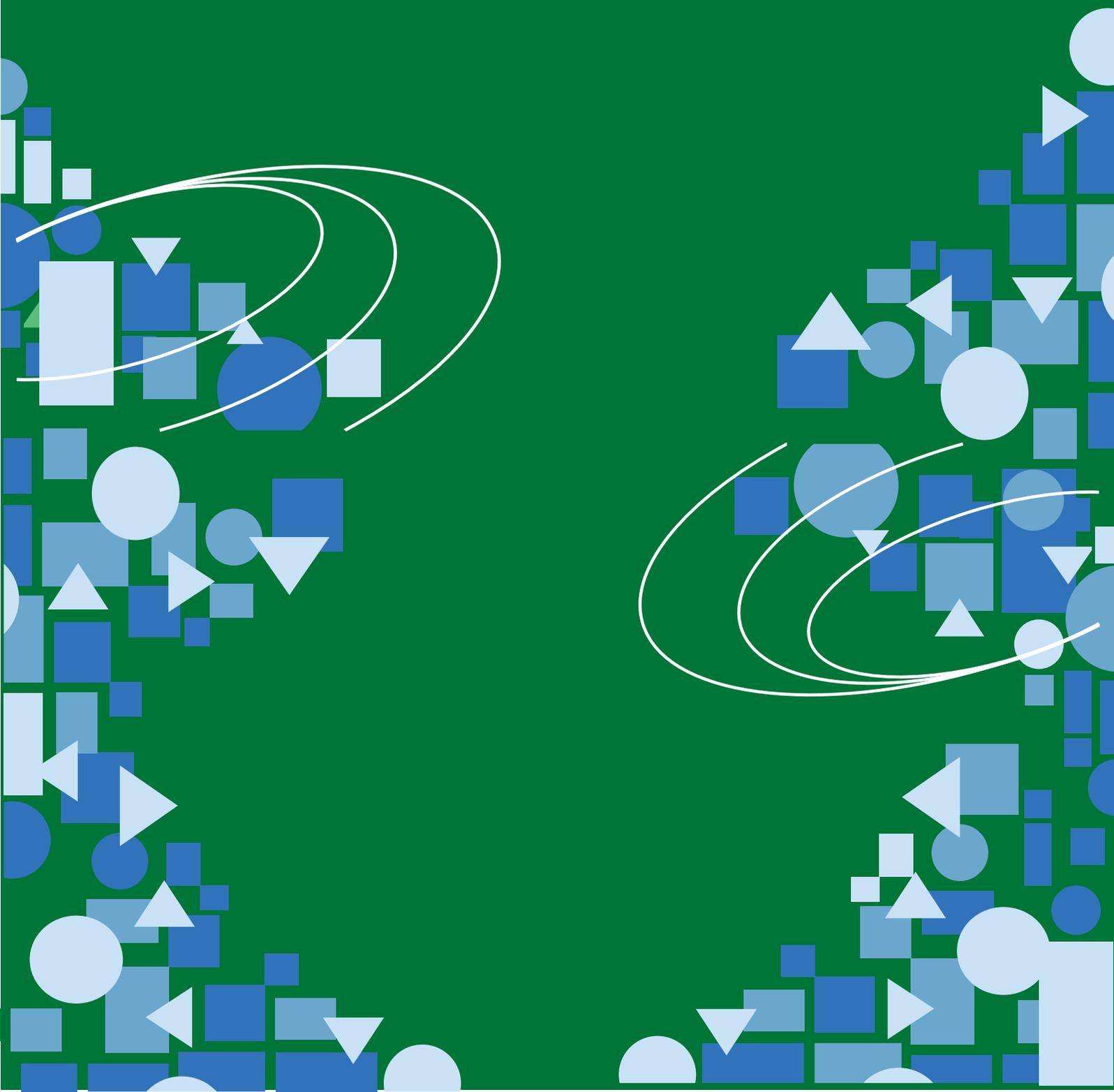
com textos oriundos de recomendações nacionais e internacionais relacionadas à pessoa idosa, produzidos por profissionais especializados no tema.

Tabela 5 - Evolução de Indicadores Seleccionados para a Agenda Pessoa Idosa

Área Temática e Indicadores	2004		2011	
	Idoso	Todas as idades	Idoso	Todas as idades
Educação				
Taxa de analfabetismo	32,0%	11,5%	24,8%	8,6%
Média de anos de estudo	3,6	6,8	4,5	7,7
Previdência				
Cobertura Previdenciária entre os Idosos com 60 anos ou mais	81,9%		83,0%	
Cobertura Previdenciária entre os Idosos do sexo masculino com 60 anos ou mais	86,5%		86,8%	
Cobertura Previdenciária entre os Idosos do sexo feminino com 60 anos ou mais	78,2%		80,0%	
Cobertura Previdenciária entre os Idosos brancos com 60 anos ou mais	83,0%		84,3%	
Cobertura Previdenciária entre os Idosos negros com 60 anos ou mais	80,3%		81,6%	
Trabalho				
População com 16 anos ou mais desocupada na semana de referência	2,1%	8,7%	1,6%	6,6%
Rendimento mensal médio de todos os trabalhos	808,30	945,86	1.257,36	1.259,42
Taxa de formalidade das pessoas ocupadas de 16 anos ou mais	24,4%	47,5%	31,4%	57,1%
Distribuição de renda				
% da população em situação de extrema pobreza	1,2%	7,4%	1,1%	4,2%
% da população em situação de pobreza	5,0%	14,3%	1,2%	6,3%
Saneamento Básico				
% de pessoas que vivem em domicílios com água canalizada em pelo menos um cômodo	89,3%	87,6%	94,5%	93,4%
% de pessoas que vivem em domicílios com	73,5%	70,7%	79,6%	78,0%
Acesso a bens				
% de pessoas que vivem em domicílios com máquina de lavar roupa	36,3%	33,3%	52,9%	51,0%
% de pessoas que vivem em domicílios com telefone fixo ou móvel	27,9%	31,7%	43,6%	37,5%
% de pessoas que vivem em domicílios com microcomputador com acesso à internet	9,2%	11,9%	27,8%	38,1%

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP

PESSOA COM DEFICIÊNCIA





Pessoas com Deficiência

O Governo Federal, na última década, tem produzido uma série de políticas voltadas à emancipação das pessoas com deficiência, resultado de um compromisso político com a sua plena cidadania. O reconhecimento da relevância das políticas voltadas para essas pessoas é extremamente oportuno num contexto em que quase 24% da população declarou, no Censo 2010, possuir alguma forma de deficiência. Esse reconhecimento culminou no lançamento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, instituído pelo Decreto nº 7.612/2011, que ressalta o compromisso do Brasil com as prerrogativas da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, ratificada pelo nosso país em nível constitucional.

O Plano dedica-se a assegurar oportunidades, direitos, cidadania para todas as pessoas por meio de um conjunto de políticas públicas estruturadas em quatro eixos: Acesso à Educação, Inclusão Social, Atenção à Saúde e Acessibilidade. Cada ação presente nesses eixos é interdependente e articulada com as demais, construindo redes de serviços e políticas públicas capazes de assegurar um contexto de garantia de direitos para as pessoas com deficiência, considerando suas múltiplas necessidades nos diferentes momentos de suas vidas.

Essas diversas iniciativas, que visam ao aumento da qualidade de vida e à autonomia das pessoas com deficiência, contribuindo para o pleno exercício de suas capacidades, estão, da mesma forma, representadas no PPA 2012-2015 no *Programa Temático Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência* e, dada a natureza transversal e complementar desses direitos, em diversos outros Programas, como *Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)*, *Educação Básica*, *Educação Profissional e Tecnológica*, *Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*, e *Mobilidade Urbana e Trânsito*. A seguir, apontam-se os principais avanços, tendo como base as dimensões do Plano Viver Sem Limite que constam da *Agenda Transversal Pessoas com Deficiência*.

Destaques do Relatório 2012

O acesso à **educação** é uma dimensão fundamental para que as pessoas com deficiência consigam desfrutar de uma cidadania cada vez mais completa. Primeiramente, porque a educação é um direito de todos e, portanto, um dever do Estado de garantir uma educação acessível. Segundo, porque a educação é um direito que expande as oportunidades, contribuindo para o processo de individuação e para o aumento das capacidades das pessoas.

Nesse contexto, a **acessibilidade** passa a ser um ponto fundamental em todos os programas temáticos ligados à educação. No âmbito do Programa Educação Básica, destaca-se a elevação da inclusão escolar dos estudantes público-alvo da educação especial, promovendo o acesso e a permanência e contribuindo para sua autonomia e pleno desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Em 2011, a taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular atingiu 81,7%, bem acima da observada em 2007, de 56%.

O Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais – SRM apoia a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado, complementar ou suplementar à escolarização de estudantes público-alvo da educação especial. Em 2012, foram implantadas 13.500 SRM e 1.500 kits de atualização, alcançando 90% dos municípios brasileiros. O Programa Escola Acessível disponibiliza recursos financeiros às escolas públicas por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, para promoção de acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e aquisição de recursos de tecnologia assistiva. Em 2012, o programa contemplou mais 9.958 escolas. Já o Programa Caminho da Escola - Transporte Escolar Acessível pretende disponibilizar, até 2014, 2.609 veículos acessíveis para o transporte escolar em 1.530 municípios. Em 2012, já foram adquiridos, com recursos do MEC, 1.315 veículos.

O programa BPC na Escola é um importante componente da agenda, já que, por meio de questionários aplicados juntos aos beneficiários, identifica as barreiras que impedem ou dificultam o acesso e a permanência de crianças e adolescentes com deficiência, de 0 a 18 anos, beneficiários do BPC na escola e procura superá-las por meio do desenvolvimento, articulação e integração de políticas de educação, saúde, assistência social e direitos humanos. O programa, que se estrutura por meio da parceria entre os entes federados, apresentou avanços. Até o final de 2012, 815 novos municípios aderiram ao Programa, além da renovação de todos os estados, o DF e 1.536 municípios, totalizando 2.351 municípios participantes (42,21%). Além disso, as equipes técnicas municipais realizaram 24,4 mil visitas domiciliares, para aplicação do Questionário de Identificação de Barreiras ao Acesso e Permanência na Escola do público do Programa.

Outras iniciativas da Agenda que contribuem para a ampliação do acesso à educação estão relacionadas à educação profissional e tecnológica. Desde 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec tem ampliado a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, com atendimento prioritário às pessoas com deficiência. Esse público é atendido pela Bolsa-Formação, por meio da qual são oferecidos, gratuitamente, cursos técnicos para estudantes matriculados no Ensino Médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. Por sua vez, o Programa INCLUIR é destinado a proporcionar as condições de acesso e participação aos estudantes com deficiência na educação superior por meio da eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos.

Com relação à dimensão da **inclusão social** das pessoas com deficiência, destaca-se o BPC Trabalho, que assegura ao beneficiário do benefício o retorno ao recebimento do benefício quando há perda do emprego, uma vez que o pagamento do benefício tenha sido suspenso após entrada no mercado de trabalho. Em 2012, foram finalizadas as experiências piloto do BPC Trabalho, iniciadas em São Paulo e Santo André (em 2010) e expandidas (em 2011) para Belém, Campo Grande, Porto Alegre, Recife, Teresina, João Pessoa e Fortaleza. Ao todo, foram realizadas 3,1 mil visitas aos beneficiários do BPC, que resultaram na inserção de quase 800 beneficiários nas redes de serviços socioassistenciais e de outras políticas e 80 em programas de qualificação profissional ou com contrato de aprendiz profissional. Ainda no âmbito do trabalho, destaca-se, em 2012, a inserção de 35.420 pessoas com deficiência no mercado de trabalho, em decorrência da atuação da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego.

A Rede de **Assistência Social** contempla dois equipamentos sociais de extrema importância para o cuidado e acolhimento das pessoas com deficiência: os Centros-dia e as Residências Inclusivas. Está prevista no âmbito do Plano Viver sem Limite a implantação de 200 Residências Inclusivas e de 27 Centros-dia de referência para pessoas com deficiência

em regime de cofinanciamento entre União, estados e municípios, até 2014. As Residências Inclusivas destinam-se a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência e que estejam se desvinculando de instituições de longa permanência, buscando provê-los com capacidades adaptativas à vida diária, autonomia, participação social e comunitária e vínculos familiares. Já os Centros-dia acolhem pessoas com deficiência em situação de dependência e suas famílias, promovendo escuta, informação, orientação e oferta de cuidados cotidianos, além de apoiar suas famílias no exercício da função protetiva, fortalecendo as redes comunitárias e o retorno à residência e às atividades cotidianas. Em 2012, foram repassados recursos para a implantação de quatro Centros-dia de referência e nove Residências Inclusivas. Já estão em funcionamento um Centro-dia e quatro Residências Inclusivas.

No âmbito da Assistência Social, destaca-se, ainda, o atendimento de dois milhões de pessoas com deficiência pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC, bem como a divulgação de instruções para inserção dos beneficiários do BPC e de suas famílias no Cadastro Único de Programas Sociais com o propósito de ampliar sua proteção social, tais como os Programas BPC na Escola e BPC Trabalho e o acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE. Considerando o universo dos beneficiários do BPC em abril/11 e a base de dados do CadÚnico nos meses de maio/11 e agosto/12, ocorreu nesse período um aumento de 11,6% no percentual de beneficiários do BPC e suas famílias registrados no CadÚnico, atingindo um total de 38,3%.

Segundo dados do Censo IBGE 2010, apenas 4,7% dos domicílios urbanos possuem rampa para cadeirantes no seu entorno. Além disso, as calçadas das cidades brasileiras encontram-se, em sua maioria, em péssimo estado de conservação, o que somado às inúmeras barreiras arquitetônicas e urbanísticas e à falta de sinalização acessível, dificulta o deslocamento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A reversão desse quadro configura um desafio colocado ao Estado, tendo-se em vista a autonomia e independência das pessoas com deficiência.

Para auxiliar na resolução desses problemas, o governo federal apoia projetos de **acessibilidade** para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência, no intuito de promover a acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações, por meio de soluções técnicas e projetos que eliminem barreiras arquitetônicas e urbanísticas, de modo a garantir o acesso à cidade e o exercício pleno e equitativo dos direitos a todos, sejam pessoas com deficiência, idosos ou pessoas com mobilidade reduzida.

Em 2012, foi realizada seleção pública de propostas de trabalho para elaboração de projetos técnicos (arquitetônicos e de engenharia) para calçadas e espaços públicos, visando prover condições de acessibilidade em áreas contíguas às obras do PAC 2 - Mobilidade Grandes Cidades, em conformidade com as diretrizes contidas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e na ABNT NBR 9050/ 2004, na qual foram selecionados cinco projetos, para as cidades de Maceió, Recife e Teresina, no valor de R\$ 1,3 milhão. Também foram contratadas 13 obras para adaptação de calçadas e espaços públicos, totalizando investimentos de R\$ 19 milhões, nos municípios de Olímpia/SP, Tatui/SP, Venâncio Aires/RS, Clevelândia/PR, Esteio/RS, Panambi/RS, Conceição das Alagoas/MG, Araraquara/SP, Valinhos/SP, Botucatu/SP, Maceió/AL, Ipuá/SP e Timbó/SC. Nova seleção de projetos está prevista para 2013.

Em relação à acessibilidade nas ações de habitação, o Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV assegura às pessoas com deficiência o direito à moradia adequada à sua condição física, sensorial e intelectual, por meio das seguintes ações:

- a) Prioridade de atendimento a pessoas com deficiência ou a famílias de que façam parte pessoas com deficiência;

- b) Garantia de condições de acessibilidade a todas as áreas públicas e de uso comum dos empreendimentos;
- c) Disponibilidade de unidades adaptáveis ao uso por pessoas com deficiência de acordo com a demanda;
- d) Reserva de, no mínimo, 3% das unidades habitacionais produzidas às pessoas idosas e famílias com pessoas com deficiência.

Uma das tecnologias assistivas para mobilidade de pessoas com deficiência visual mais reconhecidas são os cães-guia. O PPA 2012-2015 prevê a implantação, em parceria com outros órgãos, de centros de formação de treinadores e instrutores de cães-guia e centros de treinamentos de cães-guia, em todas as regiões do país. O primeiro centro tecnológico de cão-guia foi implantado em Camboriú - SC. São destaques, também, para a questão da acessibilidade a implantação de 37 centrais de intérpretes de Libras e a formação de professores da educação bilíngue, necessária à implantação da Libras como disciplina curricular. A partir de 2013, onze universidades federais passarão a ofertar o curso de Letras/Libras. No segundo semestre de 2013, o Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, órgão do Ministério da Educação, iniciará a oferta de cursos de Pedagogia

Com vistas a aumentar o número e a qualidade das tecnologias assistivas, o Governo Federal implantou o programa estruturante Tecnologia Assistiva, com ações como a criação da Rede de Núcleos de Tecnologias Assistivas e do Catálogo Nacional de Tecnologia Assistiva. Foram selecionados 25 núcleos de tecnologia assistiva em todo o País, vinculados a Universidades, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Unidades de Pesquisa do MCTI – sete deles já receberam recursos orçamentários para sua estruturação. Somados os quatro núcleos selecionados em 2011, a rede nacional já conta com 29 núcleos de Pesquisa em Tecnologia Assistiva. Também foi criado o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva, localizado junto ao CTI Renato Archer, em Campinas/SP, e que conta com 10 bolsistas contratados pelo CNPq.

No contexto da **atenção à saúde**, busca-se ampliar o acesso e qualificar o atendimento às pessoas com deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Implantou-se a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, uma das redes prioritárias do Ministério da Saúde, também prevista pelo Plano Viver Sem Limite.

Destacam-se a implantação e qualificação de Centros Especializados de Habilitação e Reabilitação – CER, que visam a melhorar as funcionalidades das pessoas com deficiência, contribuindo para sua autonomia e independência. Para facilitar o acesso da população com deficiência a esses Centros, houve a aquisição de 108 veículos acessíveis para aquelas pessoas com dificuldades de acesso aos meios de transporte convencional. Houve ainda contribuições para a implantação e qualificação de Oficinas Ortopédicas e para a ampliação da oferta de Órteses e Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção – OPM. Em 2012, foram contratadas a construção de 20 CER, a qualificação de 13 CER, a construção de três oficinas ortopédicas fixas, e a habilitação de duas oficinas (Teresina e Goiânia). Além disso, ampliaram-se os recursos que são repassados para estados e municípios que concedem OPM. Por fim, foram publicadas seis Diretrizes Terapêuticas para a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, contribuindo para a melhoria da qualidade da atenção à saúde para essa população.

No âmbito do **esporte**, visando à preparação para Rio 2016, o Ministério do Esporte apoiou cerca de 45 modalidades que compõem os Programas Olímpicos e Paralímpicos, já em 2012, mediante: a realização de parcerias com os Comitês Olímpico e Paralímpico Nacionais,

federações e confederações esportivas; e a formalização de convênios com governos municipais, estaduais e universidades. Além disso, registra-se que durante os Jogos Paralímpicos de 2012, em todas as modalidades em que foram conquistadas as 43 medalhas da delegação brasileira, houve participação de bolsistas do Programa Bolsa Atleta.

Merece destaque a instituição do Protocolo Nacional Conjunto para a Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres e o Comitê Gestor. O Protocolo tem como objetivos: assegurar a proteção integral aos direitos de crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, em situação de riscos e desastres, com objetivo de reduzir a vulnerabilidade a que estiverem expostos; e orientar os agentes públicos, a sociedade civil, o setor privado e as agências de cooperação internacional que atuem em situação de riscos e desastres no desenvolvimento de ações de preparação, prevenção, resposta e recuperação, nos três níveis da Federação.

O segmento das pessoas com deficiência sempre reforçou a necessidade do protagonismo na construção, implementação e avaliação das políticas públicas. Assim, com relação à **participação da sociedade**, ressalta-se a existência de conselhos dos direitos das pessoas com deficiência em todos estados e em mais de 500 municípios em todas as regiões do país. Destaca-se, ainda, a realização da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que contou com mais de 1.500 participantes de todas as regiões e estados do país e produziu quase 400 propostas que demonstram a real necessidade de se construir uma cultura de acessibilidade nas políticas públicas. Os resultados da Conferência revelam o amadurecimento em direção a uma sociedade mais inclusiva, com mais participação e voz às pessoas com deficiência.

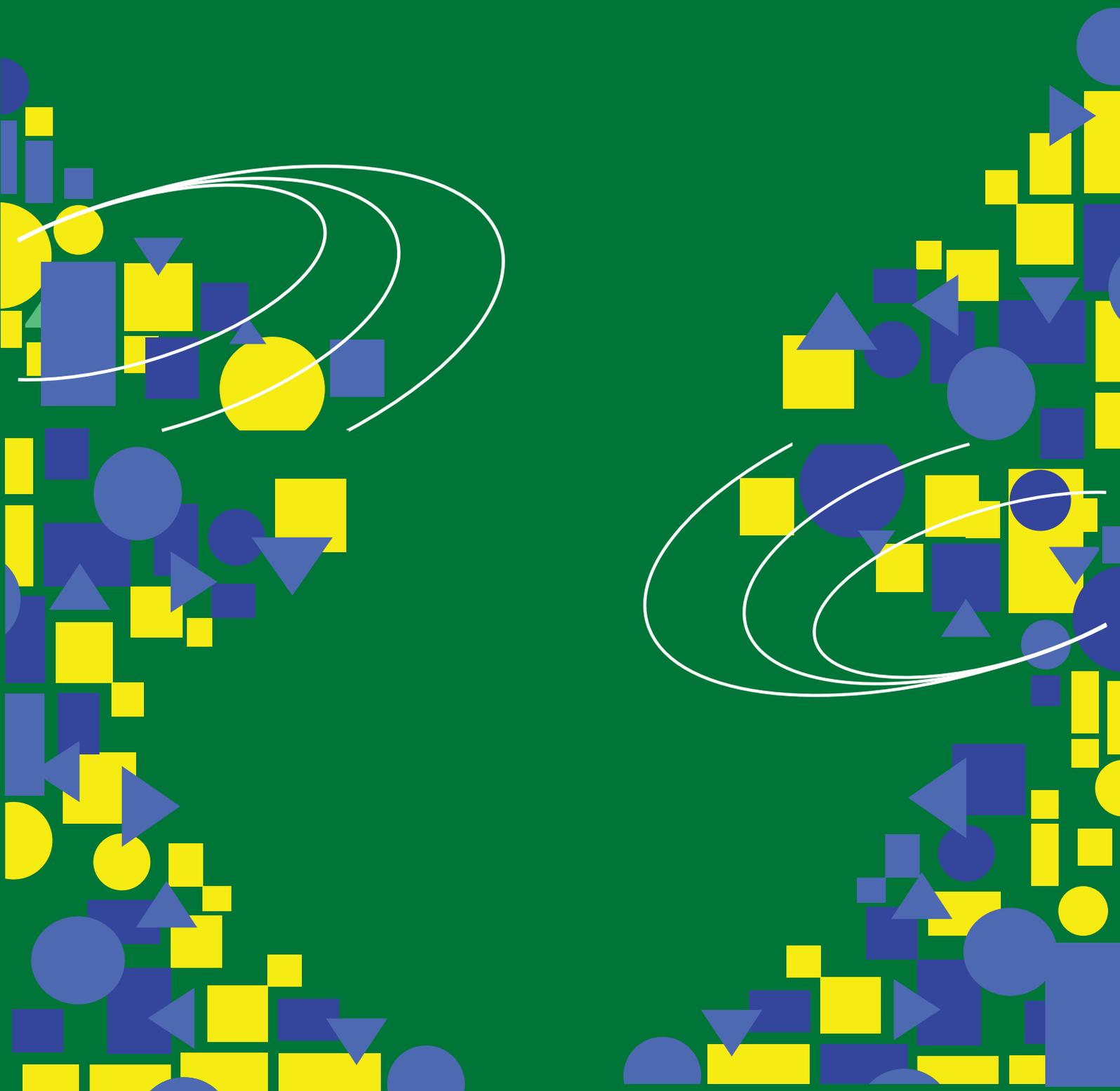
A Conferência Rio+20, que teve com um dos destaques a consolidação do documento “O Futuro que Queremos”, apresentou um marco para a construção de uma agenda de convergência entre os temas de desenvolvimento inclusivo das pessoas com deficiência e o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a participação pública e o acesso à informação da pessoa com deficiência é fundamental, na perspectiva de que não há desenvolvimento sustentável sem inclusão para todos.

Como desdobramento das discussões da Rio+20, o governo brasileiro decidiu organizar, em 2013, a Consulta Regional das Américas, com o objetivo de garantir objetivos e metas de desenvolvimento para a inclusão de pessoas com deficiência no contexto de uma Agenda de Desenvolvimento pós 2015. O documento a ser elaborado a partir desta Consulta Regional subsidiará a Reunião de Alto Nível da ONU que ocorrerá em setembro de 2013 em Nova York.

Ainda no âmbito da **política externa**, negociou-se a adoção, pela comunidade internacional, com ativa participação do governo brasileiro, de tratado vinculante sobre limitações e exceções aos direitos autorais em benefício das pessoas com deficiência para leitura, que teve como um dos resultados a decisão da Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI de convocar, para 2013, uma conferência diplomática com o objetivo de pactuar os termos do referido tratado.

Finalmente, é importante mencionar a conclusão do estudo sobre desenvolvimento de um modelo único de classificação de deficiências e dos instrumentos adequados à sua aplicação em políticas públicas e o estabelecimento da obrigatoriedade de se disponibilizar legendas ocultas na programação televisiva, ampliando a acessibilidade na TV, favorecendo a legendagem de programas de grande audiência.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA





População em Situação de Rua

Com base na Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (MDS, 2009), realizada em 23 capitais e em todos os municípios com mais de 300 mil habitantes, e dados de pesquisas específicas realizadas nos municípios de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, estimou-se a existência de mais de 50 mil pessoas em situação de rua no país. Além do perfil de grande vulnerabilidade, os números revelam a situação de invisibilidade social do segmento: 67% eram negros; a maioria (52,6%) recebia entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais; 69,6% costumava dormir na rua, sendo que cerca de 30% dormia na rua há mais de cinco anos; 24,8% não possuía qualquer documento de identificação; 61,6% não exercia o direito de cidadania elementar que é o voto; 88,5% não era atingida pela cobertura dos programas governamentais, ou seja, afirmava não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais. Trata-se de grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Além disso, essa população se caracteriza pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

As ações para a População em Situação de Rua eram focadas no campo assistencial. Essa visão foi ampliada no período recente, com o avanço das reflexões promovidas especialmente no I e II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, seguidos da instituição da Política Nacional para a População em Situação de Rua e do seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento – CIAMPRua, que passaram a ser coordenados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência de República – SDH/PR. Fundou-se assim uma nova proposta de política orientada pela complexidade e heterogeneidade da população em situação de rua, que requer a oferta de ações intersetoriais e transversais concebidas a partir do fortalecimento da participação social e da promoção dos direitos humanos dessa população.

Desse modo, a *Agenda Transversal População em Situação de Rua* está consubstanciada no *Programa Temático Promoção e Defesa dos Direitos Humanos*, no qual há um objetivo específico para promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua. Além disso, considera compromissos que retratam o desafio de ampliar o alcance sobre a população de rua das políticas públicas de saúde, educação, assistência social, moradia, justiça, segurança, trabalho e renda, entre outras. Os principais programas que compõem a Agenda são *Cidadania e Justiça*, *Bolsa Família*, *Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)*, *Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*, *Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas*, *Trabalho, Emprego e Renda*, *Resíduos Sólidos e Moradia Digna*.

Destaques do Relatório 2012

Em 2012, foram verificados importantes avanços na oferta de serviços de **assistência social** à população em situação de rua. Nos serviços de média complexidade, destaca-se a expansão por meio do Plano Brasil sem Miséria, do cofinanciamento federal para implantação de 64 novas unidades do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), totalizando 154 Centros Pop, o que elevará a cobertura de 81 para 118 municípios com população igual ou superior a 200 mil habitantes. Resultados importantes também foram observados na área de alta complexidade (serviços de acolhimento). Em 2012, o MDS ofertou cofinanciamento para implantação de 22 mil novas vagas em serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua, das quais 19 mil foram aceitas por 119 gestores municipais. Até 2014, o MDS deverá ofertar o cofinanciamento de vagas para 30 mil pessoas em situação de rua, o que corresponde a 60% do público-alvo estimado. Para alcançar essa meta, constante do Plano Brasil sem Miséria, a ideia é elevar a cobertura de 40% (2012) para 50% em 2013 e 60% em 2014. Esses recursos deverão ser aplicados na oferta de serviços de acolhimento institucional (para adultos e famílias) ou serviços de acolhimento em repúblicas (para jovens e adultos em processo de saída das ruas), conforme estabelece a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS Nº 109/2009).

Também foram desenvolvidas medidas de aperfeiçoamento da inclusão das famílias e pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, o que propicia ampliar o seu acesso à rede de serviços socioassistenciais e ao crescente número de programas que se utilizam desse instrumento. Em 2012, foi realizada reunião técnica envolvendo estados, DF e capitais, visando a fomentar e garantir o adequado cadastramento desse público em todo o país, disseminar orientações de cunho técnico e discutir procedimentos para a inclusão dessa população no Cadastro Único e sua vinculação a serviços socioassistenciais. Dados de maio de 2013, informam que o CadÚnico já registrava 13.197 famílias em situação de rua cadastradas em municípios com população acima de 100 mil habitantes.

No campo do **enfrentamento à violência**, está em desenvolvimento a inclusão da temática dos crimes contra moradores de rua na Estratégia Nacional de Segurança Pública – ENASP, na qual se insere o monitoramento das denúncias relativas a violações de direitos recebidas por meio do Disque 100 da SDH/PR e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH. Para subsidiar as iniciativas de enfrentamento à violência contra moradores de rua foi elaborado um módulo específico para a população em situação de rua no Disque Direitos Humanos – Disque 100 da SDH/PR, cujos registros compõem relatórios estatísticos de violência contra esse público.

Além disso, destaca-se a distribuição da “Cartilha de Abordagem Policial de Grupos Vulneráveis”, que possui capítulo específico sobre abordagem da população em situação de rua, para os cerca de 800 municípios que possuem Guarda Municipal e a inserção das diretrizes para o atendimento adequado e humanizado a essa população na Matriz Curricular Nacional das Guardas Municipais e de Formação dos demais profissionais de segurança. A promoção do acesso à justiça à população de rua para efetivação de sua cidadania também é um desafio essencial. Nesse sentido, está em andamento um projeto do Governo Federal com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro para a criação de um serviço especializado de atendimento a esta população.

Na área de **educação**, cumpre ressaltar que se persegue o atendimento das pessoas em situação de rua nas ações do Programa Brasil Alfabetizado – PBA e do Pronatec Inclusão Produtiva. Estas ações são fundamentais para o resgate da autonomia, a elevação dos níveis

de escolaridade e a melhoria da inserção no mercado de trabalho desse público – segundo a Pesquisa Nacional, 17,1% não sabiam escrever e 8,3% apenas assinavam o próprio nome, 63,5% nunca estudou ou possuía apenas 1º grau incompleto, apenas 3,8% dos entrevistados afirmaram estar fazendo algum curso (ensino formal 2,1% e profissionalizante 1,7%), 70% trabalhavam, mas apenas 1,9% com carteira assinada. No âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, o Decreto 7053/2009 – que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua - foi incluído como Marco Legal da ementa do Curso de Educação em Direitos Humanos (Extensão e Especialização); no Curso Escola que Protege (Extensão e Especialização), foi incluído na ementa o tema “Crianças e Adolescentes em Situação de Rua” no módulo “Enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes”. Os cursos de formação continuada são implementados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior com apoio técnico e financeiro do MEC.

A atividade de catador de materiais recicláveis é a principal profissão entre a população de rua (27,5%). Nesse sentido, vale citar alguns resultados da política de resíduos sólidos, em 2012, que potencialmente beneficiam esse público, como o apoio a 323 empreendimentos relacionados a cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, o amparo a 26 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores, abarcando 531 empreendimentos, e a capacitação de catadores para fortalecimento da coleta seletiva em 25 estados, beneficiando 32.459 pessoas diretamente.

No que tange à promoção do acesso à **moradia digna**, foi formado um Grupo de Trabalho, com representantes do Ministério das Cidades, do Desenvolvimento Social e Saúde e da Secretaria de Direitos Humanos, no âmbito do CIAMPRua, com o objetivo de formular proposta de um serviço social de moradia voltado para população em situação de rua. O GT estudará possibilidades de criação de programas, procedimentos, linhas de financiamento, subsídios, medidas legais ou quaisquer outros instrumentos que venham a se mostrar imprescindíveis para viabilizar o direito à moradia a tais populações.

Ainda em 2012, foi assinado aditivo que estende, até 2014, o convênio da Secretaria de Direitos Humanos – SDH com o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis, localizado em Belo Horizonte, Minas Gerais. O Centro atende à população em situação de rua e aos catadores de materiais recicláveis, atuando na defesa, na inclusão e na informação dessa população em relação a seus direitos e aos serviços públicos.

Por fim, buscando atualizar os dados referentes à População em Situação de Rua, foi instituído Grupo de Trabalho no âmbito do CIAMPRua para definir proposta de questionário e metodologia para a pesquisa de contagem da população em situação de rua e levantamento de suas características socioeconômicas, que inicialmente será testada nas cidades do Rio de Janeiro e Recife.

POPULAÇÃO LGBT





População LGBT

As violações dos direitos humanos relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, que vitimizam fundamentalmente a população LGBT, constituem um padrão que envolve diferentes espécies de abusos e discriminações e costumam ser agravadas por outras formas de violências, ódio e exclusão, baseadas em aspectos como idade, religião, raça/cor, deficiência e situação socioeconômica. Nesse sentido, é notável o poder do preconceito sofrido, que infere não apenas na conformação das identidades individuais, mas também no delineamento de possibilidades de existência e trajetória de vida da população LGBT na sociedade brasileira.

A homofobia abrange mais do que as violências tipificadas pelo código penal e não se reduz à rejeição irracional ou ódio em relação aos homossexuais. Trata-se também de uma manifestação arbitrária que qualifica o outro como contrário, inferior ou anormal, alijando-o de sua humanidade, dignidade e personalidade, por motivo da sua diferença. Apesar do avanço na percepção e na compreensão da temática no Brasil, a homofobia ainda está presente nas diversas esferas de convívio social e constituição de identidades dos indivíduos, atingindo a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em todos os níveis e podendo ser encontrada nos mais diversos espaços, desde os institucionais até o nível familiar. O Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil apontou registro pelo poder público, em 2012, de 3.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 4.851 vítimas. Foram reportadas 27,34 violações de direitos humanos de caráter homofóbico por dia, sendo que a cada dia, 13,29 pessoas foram vítimas de violência. Esse cenário se torna ainda mais preocupante ao se levar em conta a subnotificação de dados relacionados a violências em geral, e a este tipo de violência em particular.

Com intuito de implementar políticas que garantam ao segmento LGBT o pleno exercício de seus direitos humanos fundamentais, reconhecendo sua cidadania e contribuindo para a construção de uma cultura de paz, com respeito a todas as diferenças, foi criada a Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT, vinculada à Secretaria Nacional de Promoção e Defesa de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A Coordenação é responsável pela formulação e implementação de políticas públicas voltadas a esse público, bem como por articulações em nível nacional e internacional com demais órgãos vinculados à temática.

Outro avanço institucional foi a criação do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT. O Conselho, entre outras funções, participa na elaboração de critérios e parâmetros de ação governamental que visem a assegurar as condições de igualdade à população LGBT, sendo composto por representantes do Governo Federal e de Organizações da Sociedade Civil.

A Agenda Transversal da População LGBT reúne iniciativas intersetoriais amplas, que envolvem vários níveis de proteção social e buscam promover uma mudança não apenas nas condições de vida, mas também nas relações sociais e na cultura brasileira para o reconhecimento das pessoas LGBT como sujeitos de direitos. Nesse sentido, está

consubstanciada não apenas no programa Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, como também em compromissos expressos no PPA de políticas universalistas e transversais, como educação, saúde, assistência social, juventude e igualdade de gênero.

Destaques do Relatório 2012

No campo da **promoção de direitos**, destaca-se o grande esforço, em 2012, dedicado ao debate do Projeto de Lei (PLS 658/2011), que reconhece a identidade de gênero e permite que travestis e transexuais troquem de nome em documentos de identidade, aprovado no dia 21/11 pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado – CDH. A matéria (PLS 658/2011) recebeu texto substitutivo e será examinada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em decisão terminativa. Nesse sentido, cabe registrar a inclusão do nome social de travestis e transexuais no Cartão do SUS, medida que tem como objetivo reconhecer a legitimidade da identidade desses grupos e promover o maior acesso à rede pública.

Através de uma parceria com a Rede de Educação Cidadã – RECID, o Governo Federal vem desenvolvendo amplo processo de educação popular, por meio da atuação de educadores populares e mais de 500 voluntários, incluindo a população LGBT. Em 2012, foram realizadas 2.040 oficinas pedagógicas de base, alcançando mais de 40 mil pessoas, em 357 municípios, nas quais os direitos LGBT foram debatidos. Para 2013, está sendo preparada uma campanha publicitária nacional para promoção dos direitos LGBT.

Também são observados avanços na política de Educação em Direitos Humanos, orientada pelos princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação nas escolas. Destaca-se o programa Escola que Protege, que oferta cursos de formação continuada para profissionais de educação e produz materiais didático-pedagógicos, nos quais o tema do *bullying* é abordado com carga horária de 80 horas, sendo 60 presenciais e 20 à distância. Além disso, em 2012, com o intuito de formar profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual, o Curso Gênero e Diversidade na Escola foi ofertado em 37 instituições de ensino, com o total de 8.580 vagas, abrangendo aperfeiçoamento, extensão e especialização.

Na área de **saúde**, cumpre ressaltar os resultados referentes à implantação de um modelo de gestão participativa do Sistema Único de Saúde que permita reduzir os riscos e agravos à saúde da população LGBT, aprimorando as ações de promoção e vigilância em saúde. Foram constituídos 14 Comitês Técnicos, além de outros 9 que estão em processo de constituição, com abordagens referentes à população negra, população LGBT e população do campo e floresta. Para 2013, há a perspectiva de se realizar um encontro nacional envolvendo lideranças do movimento LGBT e dos gestores do SUS.

Na política de **assistência social**, no âmbito da Proteção Social Especial, os serviços são direcionados ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Expandiu-se a oferta de cofinanciamento dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS a todos os municípios com população acima de 20 mil habitantes, ampliando a cobertura da rede de proteção social às famílias e indivíduos em situação de violência, inclusive em razão da discriminação em decorrência da orientação sexual ou raça/etnia.

Foram elaboradas orientações aos municípios sobre os serviços de acolhimento que sofreram expansão - Serviço de Acolhimento em Residência Inclusiva para Jovens e Adultos

com Deficiência e o Serviço de Acolhimento para População em Situação de Rua, de modo que em todas as publicações, houve a preocupação de se fazer recortes quanto a questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT.

O compromisso de promover e proteger a população LGBT também foi reiterado por esforços federais para aprovação do marco legal contra a violência e discriminação homofóbica - o PLC 122/2006, que criminaliza a homofobia, o qual está sob análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Ademais, a rede de combate à homofobia e promoção dos direitos LGBT foi fortalecida com a implantação de inéditos três Comitês Estaduais de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia (AC, RS e SP). A meta é que todas as 27 unidades da federação tenham o seu comitê implantado até 2015. Ressalta-se ainda, que o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, atualizado ao longo de 2012, incluiu um capítulo dedicado ao “Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia”, que objetiva instituir políticas, programas e ações de enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia e ao preconceito bem como o enfrentamento às discriminações baseadas em orientação sexual e identidade de gênero.

O 1º Seminário Nacional de Negras e Negros LGBT, que ocorreu em 2012, em Salvador, Bahia, também merece destaque. Negras e negros são as maiores vítimas da violência no país, e o Seminário buscou alternativas para o enfrentamento dessa violência, considerando a sobreposição de violências motivadas não só pelo racismo como também pela homofobia.

Ressalta-se ainda que, em 2012, pela primeira vez no Brasil, foram publicados dados oficiais sobre as violações de Direitos Humanos da população LGBT reportadas ao Poder Público Federal por meio do “Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, o ano de 2011”. O documento representa um instrumento fundamental de planejamento para o enfrentamento ao preconceito, discriminação e exclusão que atingem transexuais, travestis, lésbicas, bissexuais e gays no país, por possibilitar a visibilização, quantificação e comparação da realidade de violações dos direitos humanos vividas por essa população.



Secretaria-Geral da
Presidência da República

Ministério do
Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA